

17/07/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Novo Enem](#)

[Universidade pública pode ter recurso privado](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Qualidade para poucos não é qualidade](#)

[Plano do MEC para universidades prevê fundo para venda de imóveis ociosos](#)

[Bolsonaro anuncia suspensão de vestibular para trans em universidade federal](#)

ENTRE

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Universidade pública, verba privada](#)

[Vestibular só para transgênero é suspenso](#)

[Pasta diz que vai à Justiça contra 'má gestão' na UFMT](#)

O GLOBO - RJ

[Plano do MEC para universidades terá consulta pública](#)

['A educação é um perigo para uma ditadura sutil'](#)

ZONA FRANCA

VALOR ECONÔMICO - SP

[Weintraub e Bolsonaro criticam universidades](#)

Imprensa Estadual

DESTAK

[MEC cancela vestibular voltado para transgêneros](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[Educação também importa](#)

JORNAL DE BRASÍLIA - DF

[Ciência e Tecnologia em destaque](#)

MEIO NORTE - PI

[FNDE pode mudar de presidente mais uma vez](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA GLOBO

[Colégios estaduais do Rio poderão ganhar dispositivo que avisará pais sobre entrada e saída de alunos](#)

PORTAL EXAME

[Weintraub apresenta projeto para universidades federais](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC quer incentivar federais a buscar fontes de recursos no setor privado](#)

RORAIMA 1

[Capes abre processo seletivo para doutorado em Agricultura nos EUA](#)

TERRA

[Protesto da UNE na sede do MEC em Brasília termina em confusão](#)

[MEC quer incentivar universidades federais a buscar fontes de recursos no setor privado](#)

UEFS

[Uefs realiza aula inaugural dos cursos de Letras e Pedagogia em Rio Real](#)

UERN

[Doutorado interinstitucional em Direito capacitará docentes dos Campus de Natal e Central](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Superlotadas, prisões no Brasil gastam R\\$ 15,8 bilhões ao ano, diz TCU](#)

[MEC quer incentivar federais a buscar fontes de recursos no setor privado](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Bolsonaro diz que intervenção do MEC em universidade suspendeu vestibular para trans](#)

[Programa para universidades federais captarem recursos será lançado nesta 4ª](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Bolsonaro diz que plano do MEC pretende tornar universidades federais mais autônomas](#)

AGÊNCIA VALOR

[MEC mostra plano para universidades "mais autônomas", diz Bolsonaro](#)

IMIRANTE

[Capes abre processo seletivo para doutorado em Agricultura nos EUA](#)

Jornal preliminar

[App possibilita acesso gratuito a radares meteorológicos](#)

R7

[Maioria dos professores aprende sozinha sobre tecnologia](#)

REPÓRTER NEWS

[Mais de 4.000 pessoas lotam arena Pantanal na abertura do 13º Encontro Nacional de Educação Matemática](#)

UFRGS

[Professora Claudia Lima Marques recebe segundo título de Doutor Honoris Causa de universidade europeia](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Bolsonaro - MEC intervém, e universidade anulará vestibular para transexuais](#)

Imprensa Estadual

A TRIBUNA - MT

[A pós-graduação stricto sensu no Brasil: conquistas e desafios em Rondonópolis \(parte II\)](#)

Agências de notícias e sites

24 HORAS NEWS

[Mais de 4.000 pessoas lotam arena Pantanal na abertura do 13º Encontro Nacional de Educação Matemática](#)

JM ONLINE - MG

[Capes permitirá pela primeira vez cursos de pós-graduação a distância](#)

PORTAL EXAME

[Com verbas restritas, universidades federais ameaçam parar no 2º semestre](#)

REVISTA GALILEU

[Mulheres yanomami ajudam a descobrir nova espécie de fungo](#)

AGÊNCIA VALOR

[O que você precisa saber e acompanhar nesta terça](#)

CLIC RBS

[Ministro da Educação recebe reitores de universidades federais para apresentar novo modelo de financiamento](#)

DIÁRIO DO SERTÃO

[Professores convocam greve nacional para 13 de agosto e aprovam manifesto em defesa da Educação](#)

FORTE NA NOTÍCIA

[Estão abertas as inscrições para pré-seleção de estudantes da UFRB para Programa CAPES/Brafagri](#)

G1

[Câmara de Uberaba aprova projeto que cria o cargo de professor da Educação Infantil](#)
[Entra em vigor lei que reduz salário de professores convocados em Mato Grosso do Sul](#)
[Universitários criam projeto e reformam salas de aula desativadas em escola municipal em MT](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Novo Enem

Criado em 1998, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) serviu, num primeiro momento, como ferramenta de avaliação da qualidade dessa etapa escolar para a elaboração de políticas públicas que tornassem possível a modernização do modelo tradicional, pela introdução paulatina de mudanças nos currículos escolares, de modo a torná-los mais atraente para os alunos, contribuindo, assim, para evitar a grande evasão escolar que ocorria nessa fase.

Para atrair mais a atenção para a importância desse exame em todo o território nacional, a prova passou a servir também para facultar o ingresso nas universidades públicas, em substituição ao vestibular. Posteriormente o exame permitiu, aos alunos com boas notas, a aquisição de bolsa de estudo para ingresso em faculdades particulares, dentro do chamado (ProUni). Graças a essas e outras mudanças, o Enem se tornaria o maior certame de avaliação do país e o segundo do mundo em número de participantes. Não é por outra razão que o Enem é, hoje, uma das mais disputadas provas de avaliação, com uma média aproximada de mais de seis milhões candidatos a cada edição.

No Distrito Federal, os inscritos neste ano chegam a quase 96 mil, o que representa cerca de 2% dos que farão a prova em todo o país. De acordo com Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela elaboração das provas, a maioria dos inscritos este ano na capital federal são mulheres, predominando pretos e pardos, com idade entre 17 e 19 anos. Esse tem sido, ao longo dos anos, o teste, por excelência, que abre as portas para o acesso aos cursos universitários para as classes de menor renda do país.

Como todo sistema de avaliação, o Enem, necessita se reciclar e modernizar-se a cada período, de modo a garantir sempre a adesão de milhões de jovens brasileiros e sua integração em todos os cursos do ensino superior, acabando com privilégios, anteriormente dominado apenas pelas classes mais ricas do país.

Dessa forma, o Inep estuda a aplicação do Enem na versão digital a partir de 2020. No primeiro momento, ocorrerá em modelo-piloto, sendo progressivamente estendido até 2026, quando o exame se tornará, então, totalmente realizado de modo digital.

Para os coordenadores da prova o futuro do Enem, é se converter num exame digital, acompanhando a evolução tecnológica que ocorre no Brasil e no restante do mundo. Com isso, segundo os especialistas será possível a realização de provas em várias datas ao longo do ano, por agendamento. Haverá ainda uma economia de mais de R\$ 500 milhões, gastos com a impressão das provas, o que equivale a um ganho enorme para o meio ambiente. Por esse modelo, também será possível a utilização de novos tipos de questões, com vídeos, infográficos e outros recursos permitidos pela tecnologia. A nova modalidade digital possibilitará ainda que o exame seja aplicado em mais municípios do país, aproximando e agregando mais inscritos.

Em 2020, o Distrito Federal fará parte da experiência com a aplicação das provas do Enem no modelo-piloto. Trata-se de grande avanço que pode, inclusive, reduzir muito as possibilidades de vazamentos de questões, tornando o sistema de avaliação mais rápido e seguro.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Universidade pública pode ter recurso privado

Novo modelo é apresentado pelo MEC aos reitores das instituições federais.

Chamado Future-se, o programa inclui organizações sociais na captação e gestão do dinheiro. Em ato, manifestantes protestam

SOCIEDADE

O Ministério da Educação (MEC) apresentou ontem, em reunião com reitores e pró-reitores de universidades federais de todo o país, o novo programa da pasta. Intitulado Future-se, o plano pretende mudar radicalmente o modelo de financiamento das instituições de ensino superior públicas. A principal alteração é incluir organizações sociais, que são entidades privadas, na captação e gestão dos recursos das universidades federais. Enquanto o governo apresentava o novo programa, houve protesto em frente ao ministério contra uma possível cobrança de mensalidade e cortes na Educação. Um jovem foi preso durante o ato.

O secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima, e o secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Ariosto Antunes, informaram que o projeto será lançado formalmente hoje, às 9h, em entrevista coletiva. Depois será aberta consulta pública. O ingresso no programa será por meio de termo de adesão.

Paralelamente à reunião, a Polícia Militar tentava dispersar manifestantes de entidades ligadas à educação, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e de coletivos, como o Juntos!, na entrada do MEC. Os agentes usaram spray de pimenta e cassetetes. A confusão teria começado depois que participantes colaram cartazes na porta do MEC. Um estudante foi levado pela Polícia Militar à 5ª Delegacia de Polícia. Segundo o major Michello Bueno, os manifestantes depredaram uma viatura da PM, e o jovem detido atacou policiais com um cone.

Para o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Antônio Gonçalves, que entregava o Manifesto de alerta em defesa do ensino superior público e gratuito aos que entravam na reunião, o programa Future-se é uma forma de privatizar o ensino público no país. Ele afirmou que também representa a precarização da Educação. “Estamos sem saber exatamente o que vamos enfrentar, mas é um projeto que visa mudar o caráter jurídico das instituições de ensino superior para que possam ser geridos pela iniciativa privada. Isso significa que podem ser implementadas novas formas de contratações de servidores e cobrança de mensalidades na pós”, avaliou.

Mensalidades

Para o sindicalista, o objetivo do governo é que as universidades se sustentem. “Vemos como desresponsabilização do Estado, pois querem que a universidade venda serviços e cobre mensalidades para sobreviver. Defendo que a educação pública seja financiada

com recursos públicos”, concluiu. A entidade conclamou uma greve nacional da Educação para 13 de agosto.

O deputado federal Filipe Barros (PSL-PR), que participou de uma apresentação do programa, destacou que, entre os principais pontos, a meta é facilitar a doação por parte de alunos egressos e a parceria público-privada. “Achei o plano necessário e essencial porque o objetivo é modernizar as universidades. Precisamos nos espelhar nos países em que o sistema funciona, como os Estados Unidos”, afirmou.

Em nota, a Universidade de Brasília (UnB) disse que aguarda a íntegra do documento, de forma a ter condições de discuti-lo junto à comunidade acadêmica. “Qualquer decisão deve considerar, ainda, a legislação e eventuais implicações legais na adoção do modelo”, informou a nota.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Qualidade para poucos não é qualidade

Indicador oferece retrato das desigualdades no país

A educação está no centro da pauta nacional e tem mobilizado os mais diversos setores da sociedade. O Brasil alcançou nos últimos anos enormes avanços, considerando-se que, em 1980, apenas 25% das crianças brasileiras chegaram à oitava série e que, hoje, praticamente universalizamos o ensino fundamental e ampliamos muito a taxa de matrículas na educação infantil e no ensino médio.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/07/qualidade-para-poucos-nao-e-qualidade.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Plano do MEC para universidades prevê fundo para venda de imóveis ociosos

Programa tenta incentivar captação de recurso externo

São Paulo e Brasília

O governo Jair Bolsonaro (PSL) anuncia nesta quarta-feira (17) um novo programa para incentivar a captação de recursos privados para as universidades federais.

Parte das medidas foi apresentada nesta terça-feira (16) a ministros e reitores.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/plano-do-mec-para-universidades-preve-fundo-para-venda-de-imoveis-ociosos.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Bolsonaro anuncia suspensão de vestibular para trans em universidade federal

Processo havia sido aberto pela Unilab, que mantém campi no Ceará e Bahia

Salvador e Brasília

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) anunciou nesta terça-feira (16) que o Ministério da Educação interveio na Unilab (Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira) para suspender o vestibular que reservava 120 vagas para transgêneros e intersexuais.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/bolsonaro-anuncia-suspensao-de-vestibular-para-trans-em-universidade-federal.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MÔNICA BERGAMO ENTRE

A Universidade Brasil vai abrigar famílias de refugiados venezuelanos em seus campi. Os acolhidos receberão emprego nas suas faculdades e apoio para adaptação cultural. As famílias atendidas atualmente são abrigadas pelo Exército em uma base em Roraima do programa de interiorização do governo federal.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/07/flavio-bolsonaro-apresentara-no-senado-proposta-de-imposto-unico.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE Universidade pública, verba privada

Educação. Programa deve envolver projetos de lei e consulta pública. O Estadão/Broadcast apurou a ideia é estimular a arrecadação de verba própria pelas universidades e a criação de fundos patrimoniais. Ministro nega que haverá cobrança de mensalidades

BRASÍLIA

O ministro Abraham Weintraub (Educação) lança hoje programa de estímulo ao financiamento privado para o ensino superior público. Objetivo é a captação de recursos por meio de doações e parcerias com empresas. Entre as propostas que devem ser enviadas ao Congresso estão a possibilidade de parcerias com prefeituras e governos estaduais e a criação de fundos patrimoniais. Antes, o projeto deverá passar por consulta pública.

Em meio a uma crise orçamentária com as universidades federais, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, promete lançar hoje um programa que propõe formato alternativo de financiamento para o ensino superior público. Batizado de Futurese, o programa deve estimular captação de recursos próprios pelas instituições com doações e parcerias com empresas privadas.

Antes de ser colocado em prática, porém, deverá passar por consulta pública e pelo Congresso. O modelo deve ter adesão voluntária pelas universidades. “Permitindo separar o joio do trigo... as que quiserem ficar no atual modelo, poderão ficar”, disse Weintraub, que negou esta semana intenção de cobrar mensalidade nas federais.

A equipe dele aposta que o programa será sua maior ação à frente do ministério até o momento. O presidente Jair Bolsonaro afirmou que ele será responsável por uma “nova dinâmica para a educação”. “Nós queremos nossas universidades entre as 100 melhores do mundo.”

Antes mesmo de ser apresentado aos reitores e até ao presidente, o programa foi levado a um grupo de deputados da base aliada, já que a mudança deve envolver uma série de projetos de lei. O Estadão/Broadcast apurou que entre as propostas estão projetos que buscam incentivar a procura de fontes alternativas de financiamento, como a

possibilidade de uso integral dos recursos próprios – arrecadados por meio de parcerias com prefeituras, governos estaduais e empresas privadas – e a criação de fundos patrimoniais.

A mudança na regra de uso de verbas próprias já era estudada desde a gestão Michel Temer. Até 2015, as instituições contornavam a redução de verbas da União com a captação de recursos próprios, como cobrança de aluguel por uso de espaços, prestação de serviços, contratos de pesquisa e taxa de matrículas (para cursos de extensão). Mas, com o teto federal de gastos, qualquer “excesso” de arrecadação deve ser usado para abater a dívida pública e a universidade não fica com a verba.

Segundo o Estado apurou, a ideia é que o Future-se seja sustentado por um fundo soberano de conhecimento privado e os recursos iniciais viriam da alienação ou concessão de patrimônio da União. E, para disputar as verbas, as instituições precisariam investir em eixos como gestão, governança, empreendedorismo, pesquisa, inovação e internacionalização.

Outra alteração seria na lei que regula fundos patrimoniais – sancionada com veto por Bolsonaro em janeiro, o que impediu as fundações de apoio das universidades públicas de atuarem

como gestoras dos fundos patrimoniais filantrópicos. A ideia é rever o veto.

Representantes do MEC também querem implementar o modelo de Organizações Sociais (OS) para cuidar de serviços como limpeza e segurança. Nesse caso, as verbas não vão contar para efeito do teto constitucional de gastos públicos. Nas redes sociais, Weintraub disse que proporá um “modelo moderno, que nos aproximará da Europa, Canadá, Israel, Austrália, Estados Unidos, etc”.

Discussão. A autonomia administrativa das federais é prevista na Constituição, mas na prática elas dependem do governo para a execução orçamentária e as verbas são repassadas com rubricas específicas. O cálculo da verba de cada instituição é feito por uma matriz que considera fatores como o total de alunos, de cursos, entre outros.

Especialistas em financiamento do ensino superior defendem a diversificação de fontes de recurso das universidades. Mas alertam que nenhum país conseguiu manter instituições de ensino públicas só com parcerias privadas.

Um estudo da Câmara do ano passado mostra que, em 2010, as universidades e os institutos federais chegaram a usar R\$ 1,6 bilhão de recursos próprios para cobrir despesas. Esse montante vem em declínio e chegou a R\$ 700 milhões, em 2017.

Os reitores temem que o novo modelo seja mal interpretado pelo governo, já que a arrecadação com convênios é um valor muito pequeno diante dos custos das instituições. Além disso, o total arrecadado com as parcerias vai especificamente para as áreas que a captaram.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE
Vestibular só para transgênero é suspenso

O presidente Jair Bolsonaro anunciou ontem, que após “intervenção” do Ministério da Educação (MEC) foi suspenso um vestibular específico para candidatos transgêneros e intersexuais da Universidade da Integração da Lusofonia AfroBrasileira (Unilab).

Na semana passada, essa universidade federal anunciou edital com 120 vagas em 15 cursos em três câmpus — dois no Ceará e um na Bahia. As inscrições começaram anteontem e iriam até o dia 24. A Constituição assegura o princípio da autonomia universitária plena – financeira, administrativa e didática.

No dia do anúncio do edital, o MEC informou ao jornal O Globo que “as instituições de ensino superior têm autonomia para estabelecer seus próprios mecanismos de acesso”. Em nota ontem, o ministério disse ao Estado que questionou a legalidade do vestibular via Procuradoria-Geral da República (PGR).

“A motivação se deu pelo fato de que a Lei de Cotas não prevê vagas específicas para o público-alvo do citado vestibular. A universidade não apresentou parecer com base legal para elaboração da política afirmativa de cotas, conforme edital lançado na semana passada. Por esta razão, a Unilab solicitou o cancelamento do certame”, diz o MEC. A lei federal de cotas, de 2012, prevê reserva de vagas para candidatos pretos, pardos, indígenas e de escola pública. Em nota, a reitoria disse que determinou a anulação do processo após parecer da Procuradoria.

No País, já houve experiência de reservas de vagas para trans, como na Federal do ABC e da Bahia, consideradas importantes pelos movimentos LGBT para incluir uma comunidade historicamente marginalizada no ensino superior. Na pós-graduação da Federal do Rio (UFRJ), porém, uma tentativa desse tipo chegou a ser derrubada na Justiça por “possível comprometimento do caráter público da seleção”.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Pasta diz que vai à Justiça contra ‘má gestão’ na UFMT

O MEC informou ontem que tomará medidas administrativas e judiciais para responsabilizar envolvidos em uma suposta “má gestão” na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Na manhã de ontem, a UFMT teve a luz cortada em todos os cinco câmpus. A instituição pediu ao MEC liberação de verba para pagar a conta de luz e, segundo a pasta, foi autorizado um repasse de R\$ 4,5 milhões. No fim da tarde, a energia foi religada. A reportagem não localizou a reitoria para comentar a nota do MEC. O Estado mostrou esta semana que, após bloqueio de verbas, federais têm deixado de pagar terceirizados e já suspendem bolsas.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Plano do MEC para universidades terá consulta pública

Projeto Future-se, que será apresentado hoje, prevê alternativas de financiamento privado, mas não cobrança de mensalidade

BRASÍLIA- O plano que o Ministério da Educação apresentará hoje, com alternativas ao financiamento das universidades federais, será levado a consulta pública e, depois disso, passará pelo crivo do Congresso, contaram reitores e pró-reitores que participaram de uma reunião ontem na sede do MEC.

Segundo eles, a pasta garantiu que não haverá cobrança de mensalidade e que os recursos provenientes de parcerias com empresas e outras instituições não substituirão o

orçamento público, mas serão um adicional.

— Ficou bem claro que não seriam recursos para substituir os recursos públicos. É extra — afirmou Valdir Silva, pró-reitor de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.

Os reitores saíram da reunião sem conhecer detalhes do programa, chamado Future-se. Segundo Valdir Silva e Carlos Bernardes, pró-reitor de Ensino do Instituto Federal de Minas Gerais, a ideia da pasta é deixar o plano para consulta pública por 30 dias, mas eles pediram um prazo maior. Eles destacaram que a intenção do MEC não é editar um decreto.

— O projeto estará à disposição durante várias semanas em consulta pública. O que foi apresentado não é um projeto. É uma proposta que inclusive deverá passar pelo Congresso — disse Dagoberto de Almeida, reitor da Universidade Federal de Itajubá.

Conforme já havia anunciado o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a adesão das universidades ao plano será voluntária. A cobrança de mensalidades, assim como ocorre hoje, será possível apenas em cursos de especialização, que são as pós-graduações lato sensu. Cursos de graduação, mestrado e doutorado continuarão sendo gratuitos, segundo relato dos reitores.

Outro ponto do plano é a flexibilização da captação de recursos, com parcerias com a iniciativa privada, organizações sociais e até mesmo entidades internacionais, inclusive na gestão de imóveis das universidades. Tais medidas não foram detalhadas.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

‘A educação é um perigo para uma ditadura sutil’

Referência no estudo das redes, professor diz que disseminação de informações falsas conduz país ao totalitarismo e educação é única via para reverter o quadro

Entrevista : Manuel Castells / sociólogo

Brasil está vivendo um novo tipo de ditadura, que tem como pilares a disseminação de notícias falsas e sucessivos ataques à Educação. Essa é a visão do espanhol Manuel Castells, um dos principais teóricos da comunicação e autor de livros como "A Sociedade em Rede" e "Galáxia da Internet".

Em entrevista ao GLOBO, ele afirmou que o país só conseguirá evitar um futuro totalitário caso as escolas desempenhem bem seu papel. Nesse sentido, criticou o projeto do governo Bolsonaro de criar escolas militares, com foco na disciplina.

Ele diz ainda que os cidadãos que "querem estabelecer a verdade" precisam retomar o protagonismo nas redes. O espanhol visitou o Rio para participar do seminário "Educação, Cultura e Tecnologia: Escola do Século XXI", promovido pela Prefeitura de Niterói, e para palestrar sobre "Comunicação, política e democracia", na FGV.

Hoje, no Brasil, há pessoas que dizem que o nazismo era de esquerda e que a terra é plana. Como isso é possível na era da informação?

Primeiro, as pessoas não funcionam racionalmente e sim a partir de emoções. As pesquisas mostram isso. As pessoas não veem o noticiário para se informar, mas para se confirmar. Não vão ler algo de outra orientação cultural, ideológica ou política. A segunda razão para esse comportamento é que vivemos em uma sociedade de informação desinformada.

Temos mais informação do que nunca, mas a capacidade de processá-la e entendê-la depende da educação e ela, em geral, mas particularmente no Brasil, está em muito mau estado. E vai ficar pior, porque o próprio presidente acha que a educação não serve e vai cortar os investimentos na área.

As universidades públicas e os professores brasileiros estão sob ataque por aqui?

Vocês estão vivendo um novo tipo de ditadura. As instituições estão preservadas, mas se manipulam tanto por poderes econômicos quanto ideológicos. O Brasil perdeu a influência da Igreja Católica, mas ganhou algo muito pior que são as igrejas evangélicas, para quem não importa a ciência e a educação, porque, quanto mais informadas estejam as pessoas, mais capacidade terão de resistir à doutrinação.

O mesmo acontece com o presidente e com o regime que está instalando. Não se pode fazer uma ditadura antiga, que se imponha com o Exército, mas uma ditadura orwelliana, de ocupar as mentes. Esse tipo de ditadura só pode funcionar com um povo cada vez menos educado e mais submetido à manipulação ideológica.

Como essa manipulação é exercida?

As redes sociais permitem a autonomia dos indivíduos, mas são usadas tanto pelos manipuladores como pelos jovens que tentam mudar o mundo. Foram desenvolvidas técnicas muito poderosas de desinformação, que incluem a utilização massiva de robôs, de forma que a construção coletiva do que ocorre na sociedade está totalmente dominada por movimentos totalitários.

Por isso, atacam a educação, os professores, as universidades, as humanidades e as ciências sociais, que são áreas que nos permitem pensar. Tudo o que significa pensar é perigoso.

O que as escolas brasileiras precisam ter para mudara realidade do país?

Primeiro: recursos. Mesmo que haja mudanças na pedagogia, se não há recursos, se não pagam e não respeitam os professores e se não há menos alunos por classe, (não adianta). É preciso uma formação inicial melhor dos professores e também uma reciclagem contínua, sobretudo nas escolas mais longínquas do Brasil.

Precisamos de bons professores imediatamente, não podemos esperar 20 anos para produzir os educadores que vão educar os jovens. E como fazer isso? Com educação virtual à distância. Precisamos reforçar as universidades virtuais. Estou na Universidade Aberta da Catalunha, que tem 65 mil estudantes 100% na internet, e funciona muito bem. Os estudantes de lá têm os mesmos diplomas que os demais e não há nenhuma diferença de qualidade e nem de mercado.

Falando sobre a importância de valorizar o professor, atualmente o mais conhecido do país, Paulo Freire, está sendo alvo de ataques.

Isso significa que tudo que é criação de uma cidadania informada, educada e autônoma é um perigo para uma ditadura sutil, que precisa de pessoas que não sejam bem educadas, que sejam desinformadas e manipuláveis. Os três princípios de Paulo Freire são: aprender pela experiência — hoje em dia encontramos tudo na internet —, autonomia dos alunos para educar-se para buscar a informação e professores para guiá-los.

Agora que temos tecnologia, não só internet, mas as conexões rápidas, é possível revolucionar facilmente a escola seguindo os princípios de Paulo Freire. Por que se ataca ele? Porque no mundo, e não só no Brasil, ele é um símbolo.

Eu conheci Paulo Freire na Universidade Stanford (Estados Unidos) e lá ele era adorado, porque seus princípios são adaptados ao que é a nova sociedade: criar pessoas livres e autônomas, capazes de promover sua própria aprendizagem, guiadas por seus professores.

Isso é muito perigoso para aqueles que querem manipular. Paulo Freire é liberdade, e a liberdade é agora o maior obstáculo que existe para que se siga desenvolvendo essa ditadura sutil que estão tentando impor ao Brasil.

O governo anunciou recentemente que pretende criar mais de cem novas escolas militares. Qual sua opinião sobre essa iniciativa?

O que precisamos hoje é de pessoas educadas para pensar autonomamente, porque há uma quantidade de informação tão grande que precisamos ser autônomos em construir nossas opiniões e tomar decisões. As escolas não podem ser produtoras de robôs. (A formação de) gente que simplesmente obedece, segue o que está programado e aceita tudo é um princípio de militarização não só da escola, mas da sociedade.

A grande questão do Brasil nesse momento é que, se não houver uma grande reação da sociedade contra essas medidas, o Brasil será transformado em uma sociedade totalitária.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS ZONA FRANCA

O INSTITUTO de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da UFRJ promove, hoje, evento sobre o papel das mulheres no mercado de trabalho atual.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Weintraub e Bolsonaro criticam universidades

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, atribuiu ontem a uma suposta má gestão o corte de energia nos cinco campi da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), realizado após atraso em seis contas de luz. No início da noite de ontem, o ministro disse que a energia voltou.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6353039/weintraub-e-bolsonaro-criticam-universidades>

topo ↗

DESTAK - BRASIL

MEC cancela vestibular voltado para transgêneros

O presidente Jair Bolsonaro comemorou a intervenção do Ministério da Educação contra um vestibular que seria realizado especificamente para candidatas e candidatos transgêneros e intersexuais. A mando do órgão, a federal Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) suspendeu a avaliação. O vestibular seria para os cursos de graduação presenciais ofertados pelos Campi do Ceará e da Bahia, 120 vagas ao total, com ingresso no segundo semestre deste ano, em 15 cursos. A instituição também realiza vestibular para o público em geral, e havia reservado as vagas para o grupo específico. A lei atual admite regulamentação própria para a definição de cotas.

topo ↗

ESTADO DE MINAS - MG - OPINIÃO

Educação também importa

Autor: Rafael Gioiell Gerente-geral do Instituto Votorantim

Na minha infância, havia uma máxima repetida à exaustão: investir em educação é a melhor forma de garantir uma vida confortável na velhice. Essa crença tinha muito peso. Direcionava as famílias na aplicação de seus orçamentos e funcionava como um incentivo para os jovens se dedicarem com mais afinco aos estudos. Por mais que o lastro fosse a simples sabedoria popular, hoje tenho clareza de que a afirmação não estava equivocada.

Muitos estudos comprovam a relevância da escolaridade na vida financeira de uma nação. A boa educação tem impacto direto na empregabilidade e na renda, influenciando, positivamente, no crescimento do PIB.

Já no final da década passada, o Instituto Votorantim realizou algumas pesquisas em parceria com o Centro de Políticas Sociais da FGV para compreender qual seria o tamanho dessa influência. Utilizando dados da Pnad, provamos que quanto mais anos de estudo uma pessoa tem, maior é a chance de estar empregada e maior é o rendimento salarial. A futura taxa de ocupação dos estudantes aumenta 3,8% a cada ano passado em sala de aula. Já na remuneração, o retorno é de 15% a mais por ano de estudo.

Mas há algum impacto da educação sobre a economia dos países? Para Eric Hanushek, renomado economista da Universidade de Stanford, nos EUA, a resposta é sim. Segundo estudos publicados por ele, há uma correlação direta e significativa entre a qualidade da educação básica, medida pela proficiência dos alunos em línguas, matemática e ciências, e o crescimento do produto per capita dos países. E a conclusão permanece válida mesmo quando se analisam, separadamente, os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento. Ou seja, cuidar do ensino de crianças e jovens sempre será vantajoso, estejamos em um país rico ou pobre.

Um ponto importante a considerar é que a qualidade do ensino – que é o ponto crucial – não está relacionada ao montante investido. No Brasil, temos bons exemplos que provam ser possível melhorar a aprendizagem dos alunos sem a necessidade de crescer os gastos. Em cidades do Ceará, a gestão educacional responsável e comprometida com a aprendizagem, acrescida da maior colaboração entre o governo estadual e os municípios, tem promovido ganhos importantes no Ideb, indicador que mede a qualidade da educação nacional.

Se todos os municípios brasileiros evoluíssem no Ideb no mesmo ritmo que o município de Sobral tem evoluído, em 2025, a média nacional do indicador poderia chegar a 7,3 para os anos finais do ensino fundamental. No ritmo atual, a projeção é de um resultado de 4,8. Nos anos iniciais, chegaríamos a 8,6 contra os 6,8, do ritmo atual. Segundo uma estimativa que realizamos em parceria com a consultoria Metas, o resultado desse ganho de qualidade seria um acréscimo de 1,5% no PIB brasileiro em 2025.

Provavelmente, essa evolução não é suficiente para cobrir todo o rombo da Previdência. Entretanto, a contribuição para a economia e para o futuro das nossas crianças e jovens não parece ser desprezível a ponto de justificar o abandono técnico e estratégico a que se relegou a pasta nacional da Educação. Se fôssemos capazes de ter um bom plano para alavancar a aprendizagem de nossos alunos, certamente teríamos um futuro mais promissor e desafios bem menores no campo da Previdência. Nossos bons exemplos mostram que essa virada é possível sem crescer gastos. Basta tratar o desafio com humildade, seriedade e bom senso. E prioridade dada à reforma da Previdência não é razão para deixar a educação em segundo plano. Afinal, com educação de qualidade todos ganham.

topo ↕

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADE

Ciência e Tecnologia em destaque

Em resposta ao requerimento protocolado pelo senador Izalci Lucas (PSDB/foto), a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado se reúne hoje para discutir a carência de pessoal e a falta de concursos públicos para suprir as carreiras vinculadas à área no país. Medidas recentes do governo federal chegaram a reduzir o orçamento do CNPq, principal agência de fomento à pesquisa, em 44%. Amigo pessoal do ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, Izalci tem prometido que a atual situação das carreiras será estudada. O senador é presidente da Frente Parlamentar Mista que defende o setor e tem se mobilizado para dar explicações sobre o tema. "Não é desse jeito que vamos ter um país competitivo. Precisamos de recursos e de mais pessoal", afirmou o parlamentar.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - CLÁUDIO HUMBERTO

FNDE pode mudar de presidente mais uma vez

Com orçamento de R\$ 54,5 bi, o ambicionado Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deve ganhar o seu segundo presidente no governo Bolsonaro: sai Carlos Decotelli e entra Rodrigo Dias, ex-presidente da Funasa (Fundação Nacional de Saúde). Se isso for confirmado, a oposição dirá que é a retomada do "toma lá, dá cá": o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, está por trás da articulação da mudança, que ocorre após a aprovação da reforma da Previdência.

Montanha de dinheiro

O FNDE é um órgão central no MEC. Os políticos o querem porque movimenta 80% de todo o dinheiro destinado à educação.

Bilhões na veia

Os R\$ 54,5 bilhões tornam o FNDE maior que muitos ministérios. Banca negócios milionários como livros didáticos, merenda escolar, Fies etc.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Colégios estaduais do Rio poderão ganhar dispositivo que avisará pais sobre entrada e saída de alunos

Lei sancionada pelo governador autoriza poder executivo a instalar sistema para monitorar horários de entrada e saída

RIO - Os colégios estaduais do Rio poderão ganhar um sistema eletrônico para monitorar a entrada e saída dos alunos. Uma lei sancionada pelo governador Wilson Witzel e publicada no Diário Oficial desta terça-feira autoriza o poder executivo a instalar dispositivos eletrônicos nas unidades da rede pública para comunicar aos pais sobre os horários em que os alunos entram e saem das unidades.

De acordo com a lei, o dispositivo eletrônico enviará mensagens SMS, em tempo real, para os celulares dos pais ou responsáveis legais cadastrados na secretaria de cada unidade escolar. Caberá à direção de cada colégio delimitar a área de acesso e permanência exclusivos de professores, alunos e funcionários.

A lei entra em vigor em 90 dias e as despesas decorrentes de sua execução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do executivo estadual.

Autora da proposta, a deputada estadual Rosane Felix (PSD) comemorou a sanção do governador. De acordo com ela, o projeto foi inspirado em uma experiência implantada em escolas da rede municipal de Vitória da Conquista, na Bahia.

— Na Bahia já existe um projeto desses. A intenção é combater a evasão escolar e dar tranquilidade às famílias. Hoje, o pai e a mãe não têm controle sobre a frequência dos filhos. Às vezes os responsáveis vão trabalhar e não sabem se criança realmente foi para a escola. Com esse dispositivo os pais vão poder receber informações em tempo real sobre seus filhos — explica a deputada.

No caso da Bahia, a prefeitura anunciou, em 2012, a instalação de etiquetas com a tecnologia Radio Frequency of Identification (RFID) nos uniformes escolares da rede municipal. A etiqueta emite sinais para um dispositivo eletrônico que envia automaticamente mensagens via SMS para os pais dos alunos. O investimento previsto, na época, era de R\$ 1,2 milhão e beneficiaria 20 mil alunos de 25 escolas municipais.

[topo](#)

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Weintraub apresenta projeto para universidades federais

Projeto Future-se deverá dar nova dinâmica para a educação, segundo afirmou o presidente Jair Bolsonaro; os detalhes serão divulgados nesta quarta-feira, 17

O foco do governo retorna para a Educação (ao menos por um dia). O ministro Abraham Weintraub anuncia nesta quarta-feira, 17, um novo programa de autonomia para as universidades federais, batizado de Future-se. Por enquanto, o Ministério da Educação (MEC) não divulgou muitos detalhes sobre o projeto, mas o ministro garantiu que não envolve a cobrança de mensalidade dos estudantes de graduação ou a privatização do ensino superior federal.

O presidente Jair Bolsonaro afirmou na última terça-feira, 16, que o Future-se será um “programa simples que vai dar nova dinâmica para a educação”.

Durante a manhã de ontem, o projeto foi apresentado para todos os ministros. Segundo Weintraub, muitos deles já haviam conhecido a proposta e aprovado. Depois, o ministro

da Educação recebeu os reitores das federais para explicar sua proposta. De acordo com Bolsonaro, o objetivo é garantir que as instituições de ensino formem bons profissionais. “Nós queremos nossas universidades entre as 100 melhores do mundo”.

Pelo pouco que foi divulgado, Weintraub deixou claro que o foco do projeto é fortalecer a autonomia financeira das universidades e dos institutos federais de ensino. O ministro quer melhorar a gestão dessas instituições para reduzir gastos e utilizar a sobra para investir na educação básica. “A gente vai priorizar eficiência e a primeira infância. São os países que deram certo que fizeram isso”, afirmou.

Especialistas ouvidos pelo jornal Valor Econômico afirmam que uma das ideias do Future-se é permitir que esses órgãos de ensino possam captar recursos com o setor privado e utilizá-los. Já o portal G1 afirma que o governo estuda alterar a legislação para permitir que as universidades que tenham interesse possam alterar seu caráter jurídico e funcionar sob a gestão de entidades privadas, ainda que sem fins lucrativos.

Antes de qualquer proposta entrar em vigor, o governo colocará o projeto em um período de consulta pública. Weintraub também deixou claro que somente as universidades que quiserem vão aderir ao programa. Segundo ele, o novo modelo será similar ao adotado por países europeus, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Israel.

O governo de Michel Temer fez estudos cogitando mudar o sistema jurídico das universidades federais, mas o projeto não saiu do lugar. A ideia não era prioridade para o ex-ministro Ricardo Vélez, que deixou a pasta da Educação em abril. Desde que Weintraub assumiu, ele reorganiza o projeto. Seus primeiros meses no governo foram conturbados, com grandes manifestações públicas contra os cortes nos orçamentos das universidades públicas e de instituições federais. Agora, com a poeira baixa, ele aposta em algo novo.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC quer incentivar federais a buscar fontes de recursos no setor privado

Em meio a uma crise orçamentária com as universidades federais, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, promete lançar nesta quarta-feira, 17, um programa que propõe formato alternativo de financiamento para o ensino superior público. Batizado de Future-se, o programa deve estimular captação de recursos próprios pelas instituições com doações e parcerias com empresas privadas.

Antes de ser colocado em prática, porém, deverá passar por consulta pública e pelo Congresso. O modelo deve ter adesão voluntária pelas universidades. “Permitindo separar o joio do trigo... as que quiserem ficar no atual modelo, poderão ficar”, disse Weintraub, que negou esta semana intenção de cobrar mensalidade nas federais.

A equipe dele aposta que o programa será sua maior ação à frente do ministério até o momento. O presidente Jair Bolsonaro afirmou que ele será responsável por uma “nova dinâmica para a educação”. “Nós queremos nossas universidades entre as 100 melhores do mundo.”

Antes mesmo de ser apresentado aos reitores e até ao presidente, o programa foi levado a um grupo de deputados da base aliada, já que a mudança deve envolver uma série de projetos de lei. O Estadão/Broadcast apurou que entre as propostas estão projetos que

buscam incentivar a procura de fontes alternativas de financiamento, como a possibilidade de uso integral dos recursos próprios – arrecadados por meio de parcerias com prefeituras, governos estaduais e empresas privadas – e a criação de fundos patrimoniais.

A mudança na regra de uso de verbas próprias já era estudada desde a gestão Michel Temer. Até 2015, as instituições contornavam a redução de verbas da União com a captação de recursos próprios, como cobrança de aluguel por uso de espaços, prestação de serviços, contratos de pesquisa e taxa de matrículas (para cursos de extensão). Mas, com o teto federal de gastos, qualquer “excesso” de arrecadação deve ser usado para abater a dívida pública e a universidade não fica com a verba.

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo apurou, a ideia é que o Future-se seja sustentado por um fundo soberano de conhecimento privado e os recursos iniciais viriam da alienação ou concessão de patrimônio da União. E, para disputar as verbas, as instituições precisariam investir em eixos como gestão, governança, empreendedorismo, pesquisa, inovação e internacionalização.

Outra alteração seria na lei que regula fundos patrimoniais – sancionada com veto por Bolsonaro em janeiro, o que impediu as fundações de apoio das universidades públicas de atuarem como gestoras dos fundos patrimoniais filantrópicos. A ideia é rever o veto.

Representantes do MEC também querem implementar o modelo de Organizações Sociais (OS) para cuidar de serviços como limpeza e segurança. Nesse caso, as verbas não vão contar para efeito do teto constitucional de gastos públicos. Nas redes sociais, Weintraub disse que proporá um “modelo moderno, que nos aproximará da Europa, Canadá, Israel, Austrália, Estados Unidos, etc”.

Discussão

A autonomia administrativa das federais é prevista na Constituição, mas na prática elas dependem do governo para a execução orçamentária e as verbas são repassadas com rubricas específicas. O cálculo da verba de cada instituição é feito por uma matriz que considera fatores como o total de alunos, de cursos, entre outros.

Especialistas em financiamento do ensino superior defendem a diversificação de fontes de recurso das universidades. Mas alertam que nenhum país conseguiu manter instituições de ensino públicas só com parcerias privadas.

Um estudo da Câmara do ano passado mostra que, em 2010, as universidades e os institutos federais chegaram a usar R\$ 1,6 bilhão de recursos próprios para cobrir despesas. Esse montante vem em declínio e chegou a R\$ 700 milhões, em 2017.

Os reitores temem que o novo modelo seja mal interpretado pelo governo, já que a arrecadação com convênios é um valor muito pequeno diante dos custos das instituições. Além disso, o total arrecadado com as parcerias vai especificamente para as áreas que a captaram.

‘Má gestão’

O MEC informou nesta terça-feira, 16, que tomará medidas administrativas e judiciais para responsabilizar envolvidos em uma suposta “má gestão” na Universidade Federal

de Mato Grosso (UFMT). Na manhã de terça, a UFMT teve a luz cortada em todos os cinco câmpus.

A instituição pediu ao MEC liberação de verba para pagar a conta de luz e, segundo a pasta, foi autorizado um repasse de R\$ 4,5 milhões. No fim da tarde, a energia foi religada. A reportagem não localizou a reitoria para comentar a nota do MEC. O Estado mostrou esta semana que, após bloqueio de verbas, federais têm deixado de pagar terceirizados e já suspendem bolsas. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

RORAIMA 1 - TEMPO REAL

Capes abre processo seletivo para doutorado em Agricultura nos EUA

Estudantes da área de Agricultura já podem se inscrever no primeiro processo seletivo do Programa de Cooperação em Doutorado firmado entre a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e a Universidade de Purdue, nos EUA. O programa estabelece atividades em onze departamentos da instituição de ensino norte-americana.

Para participar, é necessário:

- ser brasileiro ou estrangeiro com visto de residência permanente no Brasil;
- residir no Brasil no momento da candidatura e durante todo o processo de seleção;
- ter diploma de graduação;
- não acumular bolsa ou benefício financeiro de qualquer natureza concedido por agência pública federal durante o período de vigência da bolsa;
- não possuir título de doutor em qualquer área do conhecimento;
- comprovar nível de proficiência em língua inglesa.

Inscrições – As inscrições são gratuitas e devem ser feitas na página do programa. Os candidatos habilitados na etapa de análise técnica realizada pela **Capex** deverão pagar uma taxa de US\$ 75 para se inscrever na Universidade de Purdue. Os resultados serão divulgados até 15 de março de 2020. As atividades nos EUA se iniciam em agosto do mesmo ano.

Programa – O Programa **Capex/Purdue** busca fomentar o intercâmbio científico e a qualificação acadêmica de alunos do Brasil. A duração máxima da bolsa será de cinco anos, com benefícios custeados tanto pela **CAPES** quanto pela Universidade Purdue. O acordo de cooperação foi firmado em março deste ano e tem duração de 10 anos.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Protesto da UNE na sede do MEC em Brasília termina em confusão

Estudantes disseram que ato era pacífico contra proposta de cobrança de mensalidade em universidades. Ministério diz que bloqueio foi furado e policiais foram agredidos

Um protesto convocado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) contra a cobrança de mensalidades em universidades públicas terminou em confusão na tarde desta terça-

feira, 16. O ato ocorreu em frente à sede do Ministério da Educação (MEC) em Brasília. Os jovens dizem ter sido "covardemente agredidos" durante a manifestação pacífica. Já o MEC diz que os alunos furaram um bloqueio na porta do prédio, feriram dois policiais e picharam uma viatura. Gás lacrimogêneo foi usado para dispersar um movimento e um jovem foi detido.

De acordo com a UNE, o protesto foi convocado para esta terça, pois a proposta de cobrança de mensalidade supostamente seria discutida por reitores das universidades federais em reunião no MEC. "Nós estávamos aqui pacificamente para demonstrar a nossa indignação com quem tira dinheiro da educação e quer privatizar a universidade pública e a polícia quis nos tirar a força da frente do MEC", disse o presidente da UNE, Iago Montalvão, em comunicado público.

"Nos agrediram de forma brutal e covarde, mas nós vamos continuar aqui para demonstrar nossa indignação não só com quem corta da educação, mas com quem também é autoritário e não aceita uma manifestação democrática", acrescentou.

O ministério, em nota, disse repudiar o "ato violento", referindo-se à manifestação dos estudantes. "A atual gestão do MEC, embora esteja aberta ao diálogo, esclarece que não houve contato de representantes do grupo para uma conversa com gestores do Ministério. O MEC presta todo o apoio à Polícia Militar do Distrito Federal e aos policiais lesionados."

Em vídeo publicado no Twitter, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, aparece ao lado de policiais elogiando a operação. "Estou aqui na 5.ª Delegacia de Polícia de Brasília para agradecer a PM do Distrito Federal, e em particular o major Perez e o cabo João Otávio. Os dois foram covardemente agredidos hoje por duas pessoas que participava da manifestação organizada pela UNE", disse.

"Quer se manifestar democraticamente? Você é muito bem-vindo. Quer falar alhos e bugalhos ao meu respeito? Está no seu direito. Agora, destruir propriedade pública, que foi o caso da viatura de polícia, que esses dois meliantes fizeram, agredir fisicamente o major Perez ou o cabo João Otávio, está errado", completou.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MEC quer incentivar universidades federais a buscar fontes de recursos no setor privado

Programa deve envolver projetos de lei e consulta pública. O Estadão/Broadcast apurou a ideia é estimular a arrecadação de verba própria pelas universidades e a criação de fundos patrimoniais. Ministro nega que haverá cobrança de mensalidades

BRASÍLIA - Em meio a uma crise orçamentária com as universidades federais, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, promete lançar nesta quarta-feira, 17, um programa que propõe formato alternativo de financiamento para o ensino superior público. Batizado de Future-se, o programa deve estimular captação de recursos próprios pelas instituições com doações e parcerias com empresas privadas.

Antes de ser colocado em prática, porém, deverá passar por consulta pública e pelo Congresso. O modelo deve ter adesão voluntária pelas universidades. "Permitindo separar o joio do trigo... as que quiserem ficar no atual modelo, poderão ficar", disse

Weintraub, que negou esta semana intenção de cobrar mensalidade nas federais.

A equipe dele aposta que o programa será sua maior ação à frente do ministério até o momento. O presidente Jair Bolsonaro afirmou que ele será responsável por uma "nova dinâmica para a educação". "Nós queremos nossas universidades entre as 100 melhores do mundo."

Antes mesmo de ser apresentado aos reitores e até ao presidente, o programa foi levado a um grupo de deputados da base aliada, já que a mudança deve envolver uma série de projetos de lei. O Estadão/Broadcast apurou que entre as propostas estão projetos que buscam incentivar a procura de fontes alternativas de financiamento, como a possibilidade de uso integral dos recursos próprios - arrecadados por meio de parcerias com prefeituras, governos estaduais e empresas privadas - e a criação de fundos patrimoniais.

A mudança na regra de uso de verbas próprias já era estudada desde a gestão Michel Temer. Até 2015, as instituições contornavam a redução de verbas da União com a captação de recursos próprios, como cobrança de aluguel por uso de espaços, prestação de serviços, contratos de pesquisa e taxa de matrículas (para cursos de extensão). Mas, com o teto federal de gastos, qualquer "excesso" de arrecadação deve ser usado para abater a dívida pública e a universidade não fica com a verba.

Por exemplo: uma federal que tenha orçamento de R\$ 500 milhões e consiga arrecadar, por esforço próprio, R\$ 50 milhões. Se ela tiver prevista essa arrecadação quando elaborou a proposta de orçamento, poderá ter esse incremento compensado com redução de fontes livres - recursos ordinários ou destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino. Ou seja, a União repassará R\$ 450 milhões para essa universidade, por saber que os outros R\$ 50 milhões virão de outra fonte. Se o recurso próprio não estiver previsto no orçamento, o excesso de arrecadação fica indisponível para uso e passa a integrar o resultado primário do governo central.

Segundo o Estado apurou, a ideia é que o Future-se seja sustentado por um fundo soberano de conhecimento privado e os recursos iniciais viriam da alienação ou concessão de patrimônio da União. E, para disputar as verbas, as instituições precisariam investir em eixos como gestão, governança, empreendedorismo, pesquisa, inovação e internacionalização.

Outra alteração seria na lei que regula fundos patrimoniais - sancionada com veto por Bolsonaro em janeiro, o que impediu as fundações de apoio das universidades públicas de atuarem como gestoras dos fundos patrimoniais filantrópicos. A ideia é rever o veto.

Representantes do MEC também querem implementar o modelo de Organizações Sociais (OS) para cuidar de serviços como limpeza e segurança. Nesse caso, as verbas não vão contar para efeito do teto constitucional de gastos públicos. A expectativa é que um ato normativo sobre o tema seja publicado até o fim de agosto.

Nas redes sociais, Weintraub disse que proporá um "modelo moderno, que nos aproximará da Europa, Canadá, Israel, Austrália, Estados Unidos, etc".

O deputado Filipe Barros (PSL) quer fazer alterações na Lei das Licitações para facilitar

doações e parcerias pretendidas pelo programa. Nas redes sociais, Weintraub disse que proporá um "modelo moderno, que nos aproximará da Europa, Canadá, Israel, Austrália, Estados Unidos, etc".

Já o deputado João Henrique Campos (PSB-PE) criticou a falta de consulta aos reitores antes de concluir a proposta. "Desde o início da gestão há enfrentamento com as universidades, com acusações de má gestão dos recursos e balbúrdia", disse ele, vice-coordenador da Comissão Externa do Ministério da Educação na Câmara.

Discussão

A autonomia administrativa das federais é prevista na Constituição, mas na prática elas dependem do governo para a execução orçamentária e as verbas são repassadas com rubricas específicas. O cálculo da verba de cada instituição é feito por uma matriz que considera fatores como o total de alunos, de cursos, entre outros.

O orçamento das 68 federais é dividido entre despesas com salários de professores e funcionários técnico-administrativos (gasto obrigatório) e a verba discricionária, que cobre até pagamento de água e luz, e sofreu bloqueios no atual governo.

Especialistas em financiamento do ensino superior defendem a diversificação de fontes de recurso das universidades. Mas alertam que nenhum país conseguiu manter instituições de ensino públicas só com parcerias privadas.

Um estudo da Câmara do ano passado mostra que, em 2010, as universidades e os institutos federais chegaram a usar R\$ 1,6 bilhão de recursos próprios para cobrir despesas. Esse montante vem em declínio e chegou a R\$ 700 milhões, em 2017.

Os reitores temem que o novo modelo seja mal interpretado pelo governo, já que a arrecadação com convênios é um valor muito pequeno diante dos custos das instituições. Além disso, o total arrecadado com as parcerias vai especificamente para as áreas que a captaram.

Após apresentação da proposta aos dirigentes das universidades, os reitores saíram bastante preocupados da apresentação e fizeram uma reunião ainda na noite desta terça para discutir as propostas. Parte delas, segundo eles, que nunca haviam sido discutidas por eles com o MEC.

topo 

UEFS - TEMPO REAL

Uefs realiza aula inaugural dos cursos de Letras e Pedagogia em Rio Real

A Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs) realizou, no dia 13 de julho, a aula inaugural dos cursos a distância (semipresenciais) de Letras/Português e Pedagogia, no município de Rio Real (BA), vinculados a Universidade Aberta do Brasil/CAPES. Foram oferecidas 100 vagas para cada curso.

O evento contou com a presença do prefeito Antônio Alves dos Santos e da secretária da Educação, Clécia Nascimento Almeida. A equipe da UAB em Rio Relas tem a seguinte formação: professora Luciene Souza Santos coordenadora do curso de Letras; professora Maria Cláudia Silva do Carmo, coordenadora do curso de Pedagogia e professor José Augusto Luz, coordenador geral da UAB.

A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas instituído pelo governo federal, por meio do Ministério da Educação (MEC). São oferecidos cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio da metodologia da educação a distância.

topo ↕

UERN - TEMPO REAL

Doutorado interinstitucional em Direito capacitará docentes dos Campus de Natal e Central

Das 30 vagas do doutorado interinstitucional em Direito firmado com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), 20 foram ocupadas por docentes da UERN. O resultado preliminar foi divulgado na última segunda-feira (15).

O doutorado interinstitucional é um programa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, destinado a cumprir o mandamento constitucional de reduzir as desigualdades regionais, mediante a ação afirmativa de capacitação de professores de determinada instituição de ensino localizada em região em que não exista a oferta de cursos de pós-graduação em sentido estrito.

O Dinter em questão foi criado para a capacitação de docentes dos cursos de Direito da UERN, em especial dos Campus de Natal e Central, onde serão ministradas as aulas.

O Prof. Dr. Sérgio Alexandre de Moraes Braga Júnior será o coordenador do Dinter e comemorou o resultado da seleção e os frutos que a UERN vai colher deste programa. “Este doutorado interinstitucional representa uma possibilidade de capacitação dos docentes da UERN por uma instituição de peso, pois a Universidade Federal do Paraná está avaliada com conceito máximo pela **Capes**. O Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR é avaliado em conceito 6, pela **Capes**. E vale salientar que, neste programa, nenhuma universidade no País atingiu o conceito 7. Esse Dinter fará com que os cursos de Direito da UERN, em Natal e Mossoró, deem um salto de qualidade acadêmica e atendam o desejo de verticalização da Universidade, abrindo o caminho para a oferta de um Mestrado em Direito na UERN”, explicou.

O Prof. Dr. Sérgio Alexandre já coordenou há cinco anos um mestrado interinstitucional em Direito entre a UERN e a UFRN. “Esse é o segundo programa interinstitucional que coordenarei. No caso do Dinter, fechamos com 100% de aproveitamento. Todos defenderam”, contou.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Superlotadas, prisões no Brasil gastam R\$ 15,8 bilhões ao ano, diz TCU

O Brasil gastou R\$ 15,8 bilhões para custear os sistemas prisionais em 2017 e precisaria investir mais R\$ 5,4 bilhões por ano até 2037 para dar mais estrutura e acabar com déficit de vagas nas cadeias.

Os dados estão em uma auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União), que gerou uma decisão com uma série de críticas e recomendações ao Ministério da Justiça e estados. A auditoria do tribunal teve como ponto de partida a investigação dos repasses do Funpen (Fundo Penitenciário Nacional).

Segundo dados divulgados na sexta-feira (12) pelo Ministério da Justiça, o país tinha 726 mil presos em junho de 2017 --706.619 detidos em sistemas penitenciários e o

restante detidos provisoriamente em delegacias. Não há dados mais recentes.

O levantamento do TCU aponta que um preso no país custa, em média, R\$ 23 mil por ano. Para efeito de comparação, em 2017, o Ministério da Educação definiu para o Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica) o custo anual mínimo por aluno de 2.875,03.

Para o TCU, o país precisaria investir R\$ 97 bilhões em 18 anos seguidos para "extinguir o déficit de vagas prisionais, reformar unidades prisionais precárias e viabilizar seu pleno funcionamento".

O levantamento do TCU afirma que, entre 2000 a 2016, o déficit prisional saltou de 39 mil para 322 mil --crescimento de 720%.

Nesse cenário, diz o texto, "a União assumiria o financiamento integral de investimentos na infraestrutura e uma parcela do custeio, resultando na monta de R\$ 49 bilhões em 18 anos (ou R\$ 2,7 bilhões anuais). Nesse quadro, as unidades da federação arcariam com o restante do custeio do sistema, que totalizaria, ao longo do período de 18 anos, o valor de R\$ 48,84 bilhões, ou o valor anual médio de R\$ 2,7 bilhões", afirma.

Os dados do TCU também mostram que o Brasil deixou de investir muitos recursos previstos em novas vagas nos últimos anos e não há previsão de número significativo de novas vagas em cadeias. "Mesmo com o maior envolvimento do governo federal no setor, a criação de vagas provável até 31 de dezembro de 2019 é de 2.854 nas UFs fiscalizadas [12 ao todo]. O quantitativo é insuficiente para sequer fazer frente ao possível incremento da população prisional no período de 2016 a 2018", aponta o estudo.

Repasses insuficientes

Segundo o TCU, os recursos do Funpen podem ser repassados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios por meio de convênios, de acordos ou na forma de transferências obrigatórias. Os valores obrigatórios, diz o tribunal, foram feitos em três repasses, totalizando R\$ 1,8 bilhão --sendo 70% desse valor repassado apenas no ano de 2016.

"Os repasses obrigatórios do Funpen a partir de 2020, projetados em R\$ 17,94 milhões anuais, não serão suficientes para fazer frente às necessidades do sistema penitenciário nacional", diz o TCU.

Além de pouco, os valores destinados aos estados não foram utilizados em sua grande maioria. "Com relação à execução financeira, houve repasse de R\$ 383,3 milhões para criação de vagas em 26 de dezembro de 2016 às 12 unidades da federação fiscalizadas. Desse valor, foram executados R\$ 27,6 milhões (7,2% do total repassado em 2016) até setembro de 2018", diz.

Superencarceramento

Especialistas consultados pelo UOL apontam que os gastos elevados com presídios são fruto de uma política de superencarceramento que o Brasil neste século. "A gente vem com uma política de encarceramento desde o final da década de 1990. Nenhum país da América Latina ou do mundo cresce tanto [a população carcerária] como no Brasil",

afirma Juliana Melo, professora da UnB (Universidade de Brasília) e pesquisadora do tema.

Segundo o próprio Depen (Departamento Penitenciário Nacional), desde o ano 2000, o Brasil teve, em média, uma taxa anual de crescimento de sua população prisional de 7,14%. Já a taxa de aprisionamento aumentou mais de 150%. Em junho de 2017, o Brasil registrou 349 pessoas presas para cada 100 mil habitantes.

"É possível observar que a maior parte dos custodiados é composta por jovens, pretos, pardos e com baixa escolaridade. O crime de roubo e de tráfico de drogas foram os responsáveis pela maior parte das prisões", relata o estudo Infopen, divulgado na sexta-feira.

O Brasil possui hoje 1.507 unidades ativas, com um total de 423.242 vagas no sistema, disponibilizadas para uma população carcerária de mais de 726 mil pessoas. Hoje, diz o Infopen, "todos os estados da federação possuem déficit de vagas em seus respectivos sistemas prisionais".

O UOL fez pedidos à assessoria de imprensa do Ministério da Justiça, nos dias 10, 12 e 15, para que comentasse a auditoria e o acórdão do TCU, mas não obteve resposta.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC quer incentivar federais a buscar fontes de recursos no setor privado

Brasília e São Paulo

Em meio a uma crise orçamentária com as universidades federais, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, promete lançar nesta quarta-feira, 17, um programa que propõe formato alternativo de financiamento para o ensino superior público. Batizado de Future-se, o programa deve estimular captação de recursos próprios pelas instituições com doações e parcerias com empresas privadas.

Antes de ser colocado em prática, porém, deverá passar por consulta pública e pelo Congresso. O modelo deve ter adesão voluntária pelas universidades. "Permitindo separar o joio do trigo... as que quiserem ficar no atual modelo, poderão ficar", disse Weintraub, que negou esta semana intenção de cobrar mensalidade nas federais.

A equipe dele aposta que o programa será sua maior ação à frente do ministério até o momento. O presidente Jair Bolsonaro afirmou que ele será responsável por uma "nova dinâmica para a educação". "Nós queremos nossas universidades entre as 100 melhores do mundo."

Antes mesmo de ser apresentado aos reitores e até ao presidente, o programa foi levado a um grupo de deputados da base aliada, já que a mudança deve envolver uma série de projetos de lei. O Estadão/Broadcast apurou que entre as propostas estão projetos que buscam incentivar a procura de fontes alternativas de financiamento, como a possibilidade de uso integral dos recursos próprios - arrecadados por meio de parcerias com prefeituras, governos estaduais e empresas privadas - e a criação de fundos patrimoniais.

A mudança na regra de uso de verbas próprias já era estudada desde a gestão Michel Temer. Até 2015, as instituições contornavam a redução de verbas da União com a

captação de recursos próprios, como cobrança de aluguel por uso de espaços, prestação de serviços, contratos de pesquisa e taxa de matrículas (para cursos de extensão). Mas, com o teto federal de gastos, qualquer "excesso" de arrecadação deve ser usado para abater a dívida pública e a universidade não fica com a verba.

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo apurou, a ideia é que o Future-se seja sustentado por um fundo soberano de conhecimento privado e os recursos iniciais viriam da alienação ou concessão de patrimônio da União. E, para disputar as verbas, as instituições precisariam investir em eixos como gestão, governança, empreendedorismo, pesquisa, inovação e internacionalização.

Outra alteração seria na lei que regula fundos patrimoniais - sancionada com veto por Bolsonaro em janeiro, o que impediu as fundações de apoio das universidades públicas de atuarem como gestoras dos fundos patrimoniais filantrópicos. A ideia é rever o veto.

Representantes do MEC também querem implementar o modelo de Organizações Sociais (OS) para cuidar de serviços como limpeza e segurança. Nesse caso, as verbas não vão contar para efeito do teto constitucional de gastos públicos. Nas redes sociais, Weintraub disse que proporá um "modelo moderno, que nos aproximará da Europa, Canadá, Israel, Austrália, Estados Unidos, etc".

Discussão

A autonomia administrativa das federais é prevista na Constituição, mas na prática elas dependem do governo para a execução orçamentária e as verbas são repassadas com rubricas específicas. O cálculo da verba de cada instituição é feito por uma matriz que considera fatores como o total de alunos, de cursos, entre outros.

Especialistas em financiamento do ensino superior defendem a diversificação de fontes de recurso das universidades. Mas alertam que nenhum país conseguiu manter instituições de ensino públicas só com parcerias privadas.

Um estudo da Câmara do ano passado mostra que, em 2010, as universidades e os institutos federais chegaram a usar R\$ 1,6 bilhão de recursos próprios para cobrir despesas. Esse montante vem em declínio e chegou a R\$ 700 milhões, em 2017.

Os reitores temem que o novo modelo seja mal interpretado pelo governo, já que a arrecadação com convênios é um valor muito pequeno diante dos custos das instituições. Além disso, o total arrecadado com as parcerias vai especificamente para as áreas que a captaram.

Má gestão

O MEC informou nesta terça-feira, 16, que tomará medidas administrativas e judiciais para responsabilizar envolvidos em uma suposta "má gestão" na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Na manhã de terça, a UFMT teve a luz cortada em todos os cinco câmpus.

A instituição pediu ao MEC liberação de verba para pagar a conta de luz e, segundo a pasta, foi autorizado um repasse de R\$ 4,5 milhões. No fim da tarde, a energia foi religada. A reportagem não localizou a reitoria para comentar a nota do MEC. O Estado

mostrou esta semana que, após bloqueio de verbas, federais têm deixado de pagar terceirizados e já suspendem bolsas. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Bolsonaro diz que intervenção do MEC em universidade suspendeu vestibular para trans

Unilab havia lançado edital com 120 vagas específico para candidatos transgêneros e intersexuais

SÃO PAULO - O presidente Jair Bolsonaro anunciou nesta terça-feira, 16, que após "intervenção" do Ministério da Educação (MEC) foi suspenso um vestibular específico para candidatos transgêneros e intersexuais da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

Procurada, a Unilab ainda não informou se decidiu pela suspensão e que tipo de "intervenção" foi feita pelo ministério. A Constituição brasileira assegura o princípio da autonomia universitária plena, que garante que independentemente dos governos onde estejam inseridas, o conhecimento vai ter liberdade para ser produzido. A legislação garante autonomia financeira, administrativa e didático-científica.

Jair M. Bolsonaro



@jairbolsonaro

A Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Federal) lançou vestibular para candidatos TRANSEXUAL (sic), TRAVESTIS, INTERSEXUAIS e pessoas NÃO BINÁRIOS. Com intervenção do MEC, a reitoria se posicionou pela suspensão imediata do edital e sua anulação a posteriori.

14 mil

15:16 - 16 de jul de 2019

Informações e privacidade no Twitter Ads

4.027 pessoas estão falando sobre isso

Na semana passada, a universidade, que é federal, anunciou um edital com 120 vagas em 15 cursos presenciais em três campi — dois no Ceará e um na Bahia. As inscrições começaram nesta segunda-feira, 15, e iriam até o dia 24.

O lançamento do edital foi visto como um passo importante pela comunidade LGBT, já que as pessoas trans estão entre os grupos com menor inclusão no sistema educacional. No entanto, grupos conservadores e religiosos criticaram a ação.

No dia do anúncio do edital, o MEC informou ao Globo que "as instituições de ensino superior têm autonomia para estabelecer seus próprios mecanismos de acesso". Após o anúncio do presidente, o Estado questionou o ministério sobre a "intervenção" feita e o respeito à autonomia da universidade, mas ainda não obteve resposta.

Iniciativas

Outras iniciativas para inclusão de pessoas transgêneras em universidades públicas já foram adotadas, mas com menor alcance do que a proposta da Unilab. No ano passado, por exemplo, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) abriu edital de vestibular com cotas para transexuais, travestis e transgênero.

Na sequência, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) abriu edital com reserva de vagas para negros e sobrevagas para indígenas, quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades, transexuais, travestis e transgênero.

A Universidade Federal do ABC (UFABC), na Grande São Paulo, também reservou vagas para pessoas transgêneras no ano passado. E, neste ano, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) abriu cotas a indígenas, quilombolas e pessoas trans.

Cotas para trans na pós-graduação também têm se tornado mais comuns nos últimos anos. Universidades como a Federal de Santa Catarina (UFSC), a Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) já adotaram essa modalidade de seleção em cursos de mestrado e doutorado.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Programa para universidades federais captarem recursos será lançado nesta 4ª Bolsonaro afirmou que projeto vai dar nova dinâmica para a educação e que quer as instituições entre as 100 melhores do mundo

BRASÍLIA E SÃO PAULO - O ministro da Educação, Abraham Weintraub, lança nesta quarta-feira, 17, o que deve ser seu principal programa à frente da pasta, o "Future-se". A medida vai estabelecer critérios para que universidades federais consigam captar recursos de empresas privadas por meio de troca de tecnologias e de outras formas que devem ainda ser explicadas por Weintraub. Antes de ser colocado em prática, no entanto, o plano deverá passar por uma consulta pública.

"O MEC (Ministério da Educação) vai abrir a consulta por 30 dias para recolher sugestões da população em seu site", afirmou o deputado Filipe de Barros (PSL-PR). "O programa é excepcional", disse.

O parlamentar do partido do presidente Jair Bolsonaro participou na semana passada de uma apresentação do programa no ministério com outros deputados do PSL.

Em rápida declaração sobre o programa na manhã desta terça-feira, 16, Bolsonaro afirmou que ele será responsável por uma "nova dinâmica para a educação". "Nós queremos nossas universidades entre as 100 melhores do mundo. Queremos que elas formem bons profissionais."

Segundo a deputada Bia Kicis (PSL-DF), além de envolver a captação de recursos junto a empresas privadas, o programa contará com o envio de projetos ao Congresso. O Estadão/Broadcast apurou que entre as propostas que devem ser enviadas para o Congresso estão projetos que buscam incentivar a procura de fontes alternativas de financiamento, como a possibilidade de uso integral dos recursos próprios - arrecadados por meio de parcerias com prefeituras, governos estaduais e empresas privadas - e a criação de fundos patrimoniais.

A proposta de mudar a regra para uso de recursos próprios já era estudada pela gestão anterior do MEC e foi recebida com entusiasmo pela nova equipe. As alterações têm de passar pelo Congresso e já haveria disposição de parlamentares. No fim de 2018, o Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara finalizou relatório em que propõe uma nova emenda constitucional para liberar os recursos arrecadados pelas

universidades.

Até 2015, as universidades contornavam a redução de recursos da União com a captação de recursos próprios, como cobrança de aluguel por uso de seus espaços, prestação de serviços, contratos de pesquisa e taxa de matrículas (para cursos de extensão). Com o teto de gastos federais, porém, qualquer "excesso" de arrecadação deve ser usado para abater a dívida pública, ou seja, a instituição de ensino não pode ficar com o recurso.

Outra alteração seria na lei que regula fundos patrimoniais - que foi sancionada com veto por Bolsonaro, que impediu as fundações de apoio das universidades públicas de atuar como gestoras dos fundos patrimoniais filantrópicos. A ideia é rever o veto para incentivar as doações. A mudança possibilitaria, por exemplo, o uso de máquinas doadas por empresas que teriam em retorno o desenvolvimento de tecnologia.

O deputado Filipe Barros afirma também que fazer alterações na Lei das Licitações 8.666/1993 para facilitar doações e parcerias pretendidas pelo programa. Ainda de acordo com os parlamentares, Weintraub já teria apresentado o programa ao menos nove universidades federais, que teriam dado apoio ao "Future-se".

O ministro Weintraub apresenta o programa à imprensa nesta quarta, às 9 horas, em um café da manhã.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Bolsonaro diz que plano do MEC pretende tornar universidades federais mais autônomas

Presidente afirmou que quer ver as universidades brasileiras entre as 100 do mundo

BRASÍLIA - Depois de participar de reunião do conselho de governo no Palácio da Alvorada na manhã desta terça-feira, onde o ministro da Educação, Abraham Weintraub, apresentou um plano de "fortalecimento das Universidades e Institutos Federais", o presidente Jair Bolsonaro afirmou que o objetivo do "Programa Future-se" é tornar as instituições "mais autônomas".

Questionado, ele não entrou em detalhes sobre as ações propostas pela pasta, que serão apresentadas à imprensa nesta quarta.

- Ser mais autônomas. Vocês vão ver. Ele falou aqui. Seria bom vocês conversarem com Weintraub. Ele tem muita coisa para falar, o que é bom. Nós queremos as universidades nossas entre as 100 do mundo. Quem sabe uma entre as 100 do mundo até o final do nosso mandato. A gente quer que a universidade forme bons profissionais - declarou Bolsonaro.

Mais cedo, o ministro havia falado sobre o programa no Twitter e anunciado a apresentação para todos os ministros. "Future-se, o nome da libertação das universidades federais [...] Muitos já conheceram a proposta e aprovaram", escreveu. Ele concluiu o tuíte como uma crítica à imprensa: "será que teremos novamente um tsunami de fakenews?".

Future-se, o nome da libertação das univ. federais. Hoje, pela manhã, haverá apresentação para todos os ministros. Muitos já conheceram a proposta e aprovaram.

Amanhã, pela manhã, faremos uma apresentação para a imprensa. Será que teremos novamente um tsunami de fakenews?

— Abraham Weintraub (@AbrahamWeint) 16 de julho de 2019

O plano será apresentado por Weintraub e pelo secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima, na manhã desta quarta.

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

MEC mostra plano para universidades "mais autônomas", diz Bolsonaro

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro disse nesta terça-feira que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, apresentou hoje, durante a reunião de conselho de governo, projeto para a autonomia das universidades brasileiras. “Vão ser mais autônomas”, disse o presidente.

“Queremos as universidades brasileiras entre as 100 do mundo”, completou Bolsonaro, ao sair do Palácio da Alvorada após participar de reunião ministerial.

Conforme mostrou o Valor, entre os objetivos do programa – que deve se chamar “Future-se”, está o fortalecimento da autonomia financeira das universidades e dos institutos federais de ensino. Uma das ideias é que esses órgãos possam ter autonomia para captar recursos e utilizá-los, sem que isso fique represado no orçamento, segundo uma fonte disse ao Valor. No entanto, também serão propostas mudanças em outras áreas. Antes de entrar em vigor, o programa passará por um período de consulta pública. Além disso, a adesão das universidades será facultativa. “Inovação e empreendedorismo nas universidades”, diz material de divulgação do governo federal sobre o lançamento oficial do programa, que deve acontecer amanhã.

topo ↕

IMIRANTE - TEMPO REAL

Capex abre processo seletivo para doutorado em Agricultura nos EUA

O programa estabelece atividades em onze departamentos da instituição de ensino norte-americana.

BRASÍLIA - Até 13 de setembro, os estudantes da área de Agricultura podem se inscrever no primeiro processo seletivo do Programa de Cooperação em Doutorado firmado entre a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** e a Universidade de Purdue, nos EUA. O programa estabelece atividades em onze departamentos da instituição de ensino norte-americana.

Para participar, é necessário:

- ser brasileiro ou estrangeiro com visto de residência permanente no Brasil;
- residir no Brasil no momento da candidatura e durante todo o processo de seleção;
- ter diploma de graduação;
- não acumular bolsa ou benefício financeiro de qualquer natureza concedido por agência pública federal durante o período de vigência da bolsa;
- não possuir título de doutor em qualquer área do conhecimento;

- comprovar nível de proficiência em língua inglesa.

Inscrições

As inscrições são gratuitas e devem ser feitas na página do programa. Os candidatos habilitados na etapa de análise técnica realizada pela **Capes** deverão pagar uma taxa de US\$ 75 para se inscrever na Universidade de Purdue. Os resultados serão divulgados até 15 de março de 2020. As atividades nos EUA se iniciam em agosto do mesmo ano.

Programa

O Programa **Capes/Purdue** busca fomentar o intercâmbio científico e a qualificação acadêmica de alunos do Brasil. A duração máxima da bolsa será de cinco anos, com benefícios custeados tanto pela **CAPES** quanto pela Universidade Purdue. O acordo de cooperação foi firmado em março deste ano e tem duração de 10 anos.

topo ↕

Jornal preliminar - TEMPO REAL

App possibilita acesso gratuito a radares meteorológicos

Projeto premiado será exibido durante evento em Campo Grande, Mato Grosso do Sul

No próximo dia 25 de julho (quinta-feira), às 10h30, especialistas de diversas áreas da Ciência se reunirão para conhecer os detalhes do aplicativo que permite aos usuários de smartphones obter informações precisas sobre a ocorrências de chuvas extremas, projeto vencedor do Prêmio Péter Murányi 2019 – Ciência e Tecnologia. A apresentação acontecerá durante a 71ª Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande.

Iniciado em 2013, o projeto tinha o objetivo de diminuir a vulnerabilidade dos moradores da região de Campinas, interior de São Paulo, a eventos climáticos extremos, permitindo que a população local pudesse planejar ações que reduzissem os danos materiais. Posteriormente, a ferramenta ganhou alcance nacional.

Denominado "SOS Chuva", o aplicativo está integrado a estações meteorológicas em todo o Brasil e fornece dados sobre o clima em tempo real, bem como o acesso a imagens de satélite. Os usuários do aplicativo podem, também, compartilhar as informações obtidas em diversas regiões, criando alertas de ocorrências como enchentes, que podem ser visualizadas por outras pessoas.

Segundo Luiz Augusto Machado, coordenador da ferramenta, a previsão imediata do clima é algo novo, mas que se faz cada vez mais necessária, sobretudo diante de mudanças tão repentinas. "É importante que a população tenha acesso a esses dados, para que possam tomar decisões corretas, por exemplo, em situações de chuvas intensas", esclarece.

O projeto levou dois anos para ser concluído, e deu origem também a um sistema de previsão imediata, voltado a meteorologistas operacionais e que prevê a ocorrência de tempestades e eventos com raios.

O debate ocorrerá das 10h30 ao meio-dia, no anfiteatro da Fadir, em Campo Grande-MS. O evento é aberto ao público.

Sobre o Prêmio Péter Murányi

A premiação foi criada em 2002, com o objetivo de reconhecer trabalhos que atendam através critérios fundamentais: a inovação da proposta; a aplicabilidade prática; e como o trabalho impacta e beneficia a população. Realizado anualmente, alternando os temas "Alimentação", "Educação", "Saúde" e "Ciência & Tecnologia", o vencedor recebe R\$ 200 mil, o segundo e terceiro colocados ganham R\$ 30 mil e R\$ 20 mil, respectivamente. A próxima edição, sob o tema Alimentação, já está com inscrições abertas e os interessados podem se inscrever até 30 de agosto.

Além da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), a premiação conta também com o apoio das seguintes entidades: ABC (Academia Brasileira de Ciências), Aconbras (Associação dos Cônsules no Brasil); Aciesp (Academia de Ciências do Estado de São Paulo); Anpei (Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras); **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**; CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola); CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico); e Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Maioria dos professores aprende sozinha sobre tecnologia

Pesquisa mostra que 92% dos docentes de escolas públicas buscam informações em tutoriais e vídeos online

A maior parte dos professores das escolas do país busca sozinha formação sobre tecnologias. Segundo a pesquisa TIC Educação, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), divulgada nesta terça-feira (16), 92% dos professores de escolas públicas e 86% de escolas particulares buscam, por conta própria, se informar sobre novos recursos que podem usar no ensino e sobre inovações tecnológicas.

Vídeos e tutoriais online são alguns dos recursos usados. O percentual de professores que dizem aprender por esse meio passou de 59% em 2015 para 75% em 2018, percentuais semelhantes entre professores que lecionam em escolas públicas e particulares.

Na outra ponta, 26% dos professores de escolas públicas e 15% das particulares dizem receber formação das secretarias de ensino e, enquanto 60%, nas particulares recebem apoio para informações sobre tecnologia dos coordenadores pedagógicos, esse percentual cai para 35% entre os docentes das escolas públicas.

"Os que os dados revelam é que eles têm se interessado pelo uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem, têm buscado, seja em cursos, seja em tutoriais vídeos online, mas a formação formal, que a gente pode dizer que é ofertada pela própria escola e pela rede de ensino, ainda precisa de algum aprimoramento", diz Daniela Costa, coordenadora da pesquisa TIC Educação.

Formação na graduação

A pesquisa mostra que a defasagem vem desde a formação inicial, quando os

professores estão na faculdade. Pouco mais da metade, 54% dos professores de até 30 anos, disse que cursou uma disciplina na graduação sobre o uso de tecnologias na aprendizagem. A porcentagem cai quando se tratam de professores mais velhos. Entre os de 31 a 45 anos, 48% tiveram uma aula específica sobre o assunto e, entre aqueles com 46 anos ou mais, apenas 34%.

Leia mais: Saiba o que seu filho deve aprender nos próximos anos

PublicidadeFechar anúncio

No total, metade dos professores disse que pelo menos participou, na graduação de cursos, debates ou palestras promovidos pela faculdade sobre o uso de tecnologias em atividades de ensino e aprendizagem; 55% disseram que os professores falavam nas aulas sobre como utilizar tecnologias em atividades de ensino e aprendizagem; e, 38% disseram que realizaram projetos ou atividades para a faculdade sobre o assunto.

Depois que deixaram a faculdade, a formação continuada também deixou a desejar, apenas 30% dos professores das escolas particulares e 21% das escolas públicas participavam, no ano passado, de algum programa de formação para os professores sobre o uso das tecnologias.

"A formação de professores é um aspecto relevante para o uso da tecnologia no processo de ensino e aprendizagem. Eles acabam sendo mediadores no uso crítico responsável da tecnologia. A conectividade depende dos professores estarem capacitados, de serem formados para o uso desses recursos e para extraírem o máximo desses dispositivos", diz Daniela.

Formação de professores

A formação dos professores está entre os itens que constam no Compromisso Nacional pela Educação Básica, documento apresentado pelo Ministério da Educação (MEC) como um plano de ação na educação básica, que vai da educação infantil ao ensino médio.

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica. O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país.

Pesquisa

A 9ª edição da pesquisa TIC Educação foi realizada em todo o país com 11.142 estudantes de 5º e 9º ano do ensino fundamental e do 2º ano do ensino médio. Participaram ainda 1.807 professores de língua portuguesa, de matemática e que lecionam múltiplas disciplinas, 906 coordenadores pedagógicos e 979 diretores. Todos de escolas localizadas em áreas urbanas. Compõem também a amostra 1.433 diretores ou responsáveis por escolas rurais.

As entrevistas e os questionários foram aplicados entre agosto e dezembro de 2018. A pesquisa foi realizada pelo CGI.br por meio do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR.

topo ↕

REPÓRTER NEWS - CIDADES/GERAL

Mais de 4.000 pessoas lotam arena Pantanal na abertura do 13º Encontro Nacional de Educação Matemática

Mais de 4.000 professores da Educação Básica, estudantes de licenciaturas em Matemática e Pedagogia, de cursos de pós-graduação e pesquisadores participaram ontem (14/07), da abertura do 13º Encontro Nacional de Educação Matemática, realizado na Arena Pantanal, em Cuiabá.

Pela primeira vez sediada no Centro-oeste, esta edição tem como temática central “Educação Matemática com as Escolas da Educação Básica - Interfaces entre pesquisas e salas de aula”.

O coordenador da Sociedade Brasileira de Educação Matemática, regional de Mato Grosso (Sebem-MT), e professor da Unemat, Márcio Urel, afirmou que o maior laboratório vivo para a pesquisa é a sala de aula. “Enquanto universidade, entendemos que a solução para este país passa pela Educação Básica, e principalmente as salas de aula lá da base. Do contrário, as nossas pesquisas servirão somente para entulhar bibliotecas e aumentar os currículos lattes dos próprios pesquisadores”.

Este é o mais importante evento da área no âmbito nacional. O reitor da Unemat, Rodrigo Zanin, frisou a importância da relação da universidade, institutos e sociedades científicas com a Educação Básica. “É a universidade saindo dos seus muros e indo lá na ponta, mantendo estreito diálogo com os diferentes atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem em Matemática. Um evento como este mostra a importância do que está sendo pensado para a Educação”.

Encontro de Matemática em números- Os números evidenciam o tamanho desse evento. São 1.684 trabalhos durante os quatro dias de Encontro, sendo 2 conferências, 30 palestras, 27 mesas redondas, 904 comunicações científicas, 446 relatos de experiências, 139 pôsteres e 138 minicursos.

Também estão expostos 74 experimentos na Feira de Matemática, trazidos por estudantes oriundos de oito estados brasileiros, de todas as modalidades de ensino. “É um espaço de democratização do ensino e publicização do trabalho realizado em sala de aula e também uma prestação de contas para a comunidade que olha para a Educação como um instrumento de transformação social”, declarou a representante da Comissão Nacional das Feiras de Matemática, Fátima Peres de Oliveira.

O 13º Encontro Nacional de Educação Matemática promove discussões sobre a Educação Matemática, seus fazeres múltiplos e complexos, tendências metodológicas e pesquisas que constituem a área. A Presidente da Sociedade Brasileira de Educação Matemática, Regina Célia Grando, afirmou que há grande diversidade de contextos culturais, sociais e políticos, que marcam o exercício da profissão no País. Entretanto, os desafios experimentados são semelhantes.

“Os desafios diários dos professores e estudantes na sala de aula de Matemática podem ser compartilhados nos diferentes espaços na programação do evento, o que nos possibilita novas ideias e o sentimento de que o trabalho do professor não é solitário”.

A Secretária de Estado de Educação, Marioneide Kliemaschewsk, declarou que mesmo

diante dos desafios, a Seduc está de portas abertas. “Às nossas universidades precisamos dizer que vocês são fundamentais no processo de mudança da educação, ao fazerem o papel de formadores”.

Programação- Os trabalhos serão apresentados em três eixos: Práticas Escolares, Pesquisa em Educação Matemática e Formação de Professores. Espera-se que as discussões possam contribuir, dentre outras esferas, com os processos de ensinar e de aprender matemática nas Escolas da Educação Básica do Brasil.

Nos dias 15, 16 e 17 de julho (de segunda a quarta- feira), das 7h30 às 18h00, haverá mesas redondas, palestras, pôsteres, minicursos, sessão de comunicações científicas e relatos de experiências. A conferência de encerramento será dia 17/07, às 17h00, com o professor Dr. Jonei Cerqueira Barbosa (UFBA), sobre “Perspectivas e desafios nas relações entre os conhecimentos produzidos na universidade e na escola básica”. Saiba mais: <https://www.xiiienem.com.br/programacao.php>.

Organização: Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Sociedade Brasileira de Educação Matemática (Sebem) e Sociedade Brasileira de Educação Matemática (Sebem), regional Mato Grosso (Sebem-MT). Apoio: Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), CNPq, **Capes**.-

topo ↕

UFRGS - TEMPO REAL

Professora Cláudia Lima Marques recebe segundo título de Doutor Honoris Causa de universidade europeia

A professora Cláudia Lima Marques, da Faculdade de Direito, recebeu na última quinta-feira, 11, o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Savoie Mont Blanc (USMB), da França. O título foi entregue pelo reitor da instituição francesa, Denis Varaschin. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS (1985), com doutorado (Doctoris Iuris Utriusque, 1996) e pós-doutorado (2003) pela Universidade de Heidelberg, Cláudia Lima Marques também obteve, em outubro de 2018, o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Justus Liebig de Giessen, da Alemanha.

A professora coordena a Rede Alemanha-Brasil de Pesquisas em Direito do Consumidor (DAAD-CAPES) e é diretora do Centro de Estudos Europeus e Alemães (CDEA). É relatora-geral da Comissão de Juristas do Senado Federal para a atualização do Código de Defesa do Consumidor, presidente do Comitê de Proteção Internacional do Consumidor da International Law Association (ILA) diretora da Associação Luso-Alemã de Juristas (DBJV, Berlin) e da ILA-Branch Brazil.

A Universidade Savoie Mont Blanc é parceira da UFRGS na certificação internacional “Droit comparé et européen des contrats et de la consommation”, único diploma duplo franco-brasileiro desta especialidade no Brasil, a partir de iniciativa da professora Cláudia Lima Marques e do professor Gilles Paisant.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Bolsonaro - MEC intervém, e universidade anulará vestibular para transexuais

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta tarde que, após "intervenção" do ministério da Educação (MEC), a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) suspenderá um vestibular para transexuais, travestis, intersexuais e pessoas não

binárias. A instituição havia anunciado em seu site, no último dia 10, uma seleção específica para estes candidatos nos campi do Ceará e da Bahia.

"A Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Federal) lançou vestibular para candidatos TRANSEXUAL (sic), TRAVESTIS, INTERSEXUAIS e pessoas NÃO BINÁRIOS. Com intervenção do MEC, a reitoria se posicionou pela suspensão imediata do edital e sua anulação a posteriori", escreveu Bolsonaro em seu Twitter.

O edital ao qual o presidente se refere teve inscrições abertas ontem (15) e previsão de receber candidaturas até 24 de julho para 120 vagas em 19 cursos como Administração Pública (5 vagas), História (18), Letras (13) e Matemática (3).

No final de maio, a universidade anunciou processo seletivo para 374 vagas em cinco cursos, sendo que metade deste número foi destinado a alunos que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira foi criada em 2010, com sede na cidade de Redenção, no Ceará.

O site da instituição cita um levantamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), publicado em maio deste ano, que afirma que só 0,2% de estudantes de graduação das universidades federais são transgêneros.

Com dificuldades para concluir o ensino regular e para ingressar nas universidades e no mercado de trabalho devido a preconceito, muitas pessoas trans acabam empurradas para a prostituição.

Queixa evangélica

O vestibular para transexuais foi alvo de reclamação ouvida por Bolsonaro durante café da manhã com a bancada evangélica no Palácio do Planalto realizado na última quinta-feira (11).

A reportagem do UOL presenciou a conversa, mas não conseguiu identificar o autor da reclamação.

"Senhor presidente, nem nos governos de esquerda eles tiveram tamanha ousadia. Se o cidadão, homem ou mulher, quiser fazer vestibular, não poderá, porque esse vestibular é só para travesti, transgênero e intersexuais", afirmou o participante do café com o presidente.

Bolsonaro respondeu em seguida: "Isso será analisado. Coisas absurdas têm acontecido ainda dado à autonomia das universidades", disse o presidente.

Autonomia universitária

Segundo a Constituição brasileira, as universidades têm autonomia "didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial" - ou seja, suas ações não dependem de aprovação do presidente da República, nem de nenhum agente público.

Até a tarde de hoje, o edital continuava aberto no site da universidade e as inscrições

podem ser feitas normalmente. A reportagem do UOL tenta contato com o ministério da Educação e a reitoria da universidade para esclarecer se realmente houve uma intervenção da pasta e se o processo seletivo será suspenso.

A TRIBUNA - MT - BASTIDORES DA NOTÍCIA

A pós-graduação stricto sensu no Brasil: conquistas e desafios em Rondonópolis (parte II)

Há exatos 10 anos, Rondonópolis recebeu seu primeiro curso de mestrado. O funcionamento do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, câmpus de Rondonópolis, o PPGEduc, foi autorizado em 2009, tendo sua primeira turma iniciado no ano seguinte. A cidade, assim como todo o estado de Mato Grosso, demandavam por essa formação, já que, à época, Mato Grosso tinha apenas um programa de pós-graduação na área educacional (na UFMT em Cuiabá), sendo insuficiente para qualificar os profissionais da educação do estado.

Inserido na área de concentração “Educação, cultura e processos formativos”, o PPGEduc qualifica profissionais graduados em Pedagogia, cursos de licenciaturas em geral, Psicologia, entre outros, e atua em três linhas de pesquisa: “Linguagens, cultura e construção do conhecimento: perspectivas histórica e contemporânea”, “Formação de professores e políticas públicas educacionais” e “Infância, juventude e cultura contemporânea: direitos, políticas e diversidade”.

O programa iniciou suas atividades com 8 professores e 10 alunos, e hoje conta com o total de 20 professores credenciados e 70 alunos ativos, advindos de Rondonópolis e diversos outros municípios do estado. Os mestres titulados pelo PPGEduc já ultrapassam os 150 e encontram-se, em sua maioria, atuando na docência das redes municipal e estadual de ensino, havendo também diversos egressos atuando em cargos de gestão nas secretarias municipal e estadual de educação, no magistério superior, dando continuidade à carreira acadêmica em cursos de doutorado etc. Tais profissionais retornam a suas práticas com um olhar atencioso para as questões educacionais, seus dilemas e desafios, e desejosos por buscar as transformações necessárias para uma sociedade mais justa e igualitária.

É incontestável a representatividade do programa para a comunidade educacional e as contribuições que vem trazendo à região. Para além dos mestres formados, são diversos os eventos promovidos pelos docentes e discentes todos os anos, voltados à formação continuada dos profissionais da educação. O mais representativo é o Congresso de Pesquisa em Educação (CONPEduc), promovido anualmente nas dependências do câmpus universitário de Rondonópolis. Em sua última edição, o número de participantes superou o de todas as anteriores, ultrapassando os 600 inscritos.

Os docentes credenciados no PPGEduc, para além de coordenar e orientar pesquisas que atendem a demandas educacionais locais, também realizam estudos em parceria com pesquisadores ao redor do Brasil e do mundo, promovendo intercâmbios de saberes que só têm a enriquecer sua prática acadêmico-científica e a formação discente.

Contudo, é preocupante o modo segundo o qual têm sido pensadas em nível governamental a educação, a universidade pública e a pós-graduação. É notável uma tendência à supervalorização das ciências com potencial de retorno econômico, em detrimento daquelas que se preocupam com questões humanas, sociais e de cidadania, que visam à construção do olhar atento e cuidadoso sobre o bem comum, as

desigualdades e injustiças sociais, as relações de poder que permeiam os espaços sociais etc. O projeto educacional por detrás disto é uma tentativa dissimulada de calar o potencial denunciativo das ciências humanas e sociais.

A Educação é uma dessas áreas que sentem as investidas de emudecimento e resistem em um meio que não as favorece nem as valoriza. Atingir as metas estabelecidas a partir de critérios que não contemplam suas especificidades têm sido um desafio para o PPGEduc e os demais programas de pós-graduação da área, desafio este aceito e assumido com profissionalismo, ética e comprometimento pelos envolvidos.

Por outro lado, as perspectivas para o futuro do programa são esperançosas. Para além do compromisso com o mestrado, o PPGEduc está engajado na busca por trazer a Rondonópolis seu primeiro curso de doutorado e, para tal, tem investido na melhoria de seus índices junto à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, órgão governamental responsável pela avaliação da pós-graduação no Brasil. Essa conquista, uma vez alcançada, será fundamental para o desenvolvimento do município e para a consolidação da Universidade Federal de Rondonópolis, cuja efetiva implantação ainda é aguardada.

Por enquanto, a sociedade rondonopolitana e mato-grossense, os mestrandos e egressos do PPGEduc têm a agradecer à equipe do programa por seu esforço, dedicação, compromisso, pelos ensinamentos e pelo legado que estão construindo para a região. Nossa imensa gratidão pelo já feito e nossa expectativa pelo que está por vir.

(*) Karine Porto Lopes Ono, mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação – UFMT, campus Rondonópolis (PPGEduc)

topo ↕

24 HORAS NEWS - TEMPO REAL

Mais de 4.000 pessoas lotam arena Pantanal na abertura do 13º Encontro Nacional de Educação Matemática

Pela primeira vez sediada no Centro-oeste, esta edição tem como temática central "Educação Matemática com as Escolas da Educação Básica - Interfaces entre pesquisas e salas de aula".

Mais de 4.000 professores da Educação Básica, estudantes de licenciaturas em Matemática e Pedagogia, de cursos de pós-graduação e pesquisadores participaram ontem (14/07), da abertura do 13º Encontro Nacional de Educação Matemática, realizado na Arena Pantanal, em Cuiabá.

Pela primeira vez sediada no Centro-oeste, esta edição tem como temática central "Educação Matemática com as Escolas da Educação Básica - Interfaces entre pesquisas e salas de aula".

O coordenador da Sociedade Brasileira de Educação Matemática, regional de Mato Grosso (Sebem-MT), e professor da Unemat, Márcio Urel, afirmou que o maior laboratório vivo para a pesquisa é a sala de aula. "Enquanto universidade, entendemos que a solução para este país passa pela Educação Básica, e principalmente as salas de aula lá da base. Do contrário, as nossas pesquisas servirão somente para entulhar bibliotecas e aumentar os currículos lattes dos próprios pesquisadores".

Este é o mais importante evento da área no âmbito nacional. O reitor da Unemat,

Rodrigo Zanin, frisou a importância da relação da universidade, institutos e sociedades científicas com a Educação Básica. "É a universidade saindo dos seus muros e indo lá na ponta, mantendo estreito diálogo com os diferentes atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem em Matemática. Um evento como este mostra a importância do que está sendo pensado para a Educação".

Encontro de Matemática em números- Os números evidenciam o tamanho desse evento. São 1.684 trabalhos durante os quatro dias de Encontro, sendo 2 conferências, 30 palestras, 27 mesas redondas, 904 comunicações científicas, 446 relatos de experiências, 139 pôsteres e 138 minicursos.

Também estão expostos 74 experimentos na Feira de Matemática, trazidos por estudantes oriundos de oito estados brasileiros, de todas as modalidades de ensino. "É um espaço de democratização do ensino e publicização do trabalho realizado em sala de aula e também uma prestação de contas para a comunidade que olha para a Educação como um instrumento de transformação social", declarou a representante da Comissão Nacional das Feiras de Matemática, Fátima Peres de Oliveira.

O 13º Encontro Nacional de Educação Matemática promove discussões sobre a Educação Matemática, seus fazeres múltiplos e complexos, tendências metodológicas e pesquisas que constituem a área. A Presidente da Sociedade Brasileira de Educação Matemática, Regina Célia Grando, afirmou que há grande diversidade de contextos culturais, sociais e políticos, que marcam o exercício da profissão no País. Entretanto, os desafios experimentados são semelhantes.

"Os desafios diários dos professores e estudantes na sala de aula de Matemática podem ser compartilhados nos diferentes espaços na programação do evento, o que nos possibilita novas ideias e o sentimento de que o trabalho do professor não é solitário".

A Secretária de Estado de Educação, Marioneide Kliemaschewsk, declarou que mesmo diante dos desafios, a Seduc está de portas abertas. "Às nossas universidades precisamos dizer que vocês são fundamentais no processo de mudança da educação, ao fazerem o papel de formadores".

Programação- Os trabalhos serão apresentados em três eixos: Práticas Escolares, Pesquisa em Educação Matemática e Formação de Professores. Espera-se que as discussões possam contribuir, dentre outras esferas, com os processos de ensinar e de aprender matemática nas Escolas da Educação Básica do Brasil.

Nos dias 15, 16 e 17 de julho (de segunda a quarta- feira), das 7h30 às 18h00, haverá mesas redondas, palestras, pôsteres, minicursos, sessão de comunicações científicas e relatos de experiências. A conferência de encerramento será dia 17/07, às 17h00, com o professor Dr. Jonei Cerqueira Barbosa (UFBA), sobre "Perspectivas e desafios nas relações entre os conhecimentos produzidos na universidade e na escola básica". Saiba mais: <https://www.xiiienem.com.br/programacao.php>.

Organização: Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Sociedade Brasileira de Educação Matemática (Sebem) e Sociedade Brasileira de Educação Matemática (Sebem), regional Mato Grosso (Sebem-MT). Apoio: Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Instituto Federal de

mato Grosso (IFMT), CNPq, **Capes**.--

Qualquer dúvida, basta entrar em contato pelo imprensa@unemat.br. Estamos à disposição.

topo ↕

JM ONLINE - MG - TEMPO REAL

**Capes permitirá pela primeira vez cursos de pós-graduação a distância
Especialistas ponderam que os mecanismos de avaliação devem ser rígidos para evitar discrepância com relação ao modelo presencial**

O Brasil terá cursos de pós-graduação stricto sensu a distância. A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), está com um edital aberto até o dia 9 de agosto para instituições interessadas em oferecer programas nessa modalidade, inicialmente para mestrado. A portaria sobre o tema foi publicada em 29 de abril. Cada área terá requisitos específicos.

A medida é vista com bons olhos por especialistas na área, mas eles ponderam que os mecanismos de avaliação devem ser rígidos para evitar uma discrepância entre os modelos presencial e a distância.

Especialista no tema, Betina Von Staa coordena o Censo de Educação a Distância da Abed (Associação Brasileira de Ensino a Distância). Ela pontua que a justificativa da **Capes** sobre a interiorização da pós faz sentido. Mas salienta não ser suficiente levar esses programas ao interior sem garantir a qualidade.

“O Brasil tem dimensões continentais, e só pode fazer mestrado e doutorado quem vai para um grande centro e com bolsa de estudos. A pós-graduação a distância vai atingir muito mais pessoas. No entanto, é preciso verificar se a instituição está mantendo o nível de exigência. Aluno de mestrado e doutorado tem que publicar. Tem que valer o mesmo critério de qualidade de um curso presencial.”

De acordo com os critérios avaliativos da **Capes**, para abrir um mestrado stricto sensu a distância, a instituição de ensino já deve ter um programa presencial na mesma área, cuja nota na última avaliação do órgão seja, no mínimo, 4. Além disso, a instituição também deve ser credenciada pelo MEC e ter nota mínima 4 no Índice Geral de Cursos (IGC), calculado pela pasta.

A **Capes** não informou quantas instituições de ensino já ofereceram propostas desde que as inscrições começaram, no dia 1º de julho.

*Com informações de O Globo

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

**Com verbas restritas, universidades federais ameaçam parar no 2º semestre
Com bloqueio de verbas, universidades federais fazem cortes em bolsas e manutenção do campus para evitar paralisação**

São Paulo e Florianópolis — Com verbas restritas, parte das universidades federais prevê suspender atividades. A Universidade Federal da Bahia (UFBA), que tem R\$ 48 milhões bloqueados, está funcionando em horário especial, neste mês, para economizar água e energia.

A instituição suspendeu, ainda, 300 bolsas de monitoria, de R\$ 400, que seriam pagas a

alunos no segundo semestre, e reduziu a limpeza de áreas externas.

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) também prevê suspensão das atividades caso não ocorra desbloqueio. Audiências públicas serão realizadas pela universidade em agosto para informar estudantes e professores sobre o impacto dos cortes.

O bloqueio para atividades de manutenção da universidade, como água, luz e segurança, foi de aproximadamente 34,5%. Na Federal do ABC, os bloqueios deverão “comprometer fortemente” o funcionamento em 2020. A UFABC teve 30% dos valores bloqueados (R\$ 15,4 milhões para custeio e R\$ 6,9 milhões para investimento).

Na Universidade Federal do Acre (Ufac), que teve R\$ 13,1 milhões bloqueados, 75 das 278 bolsas de iniciação científica foram cortadas e os editais para bolsas de extensão e estágio, suspensos. A Ufac prevê fechar o restaurante universitário. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a obstrução orçamentária foi de R\$ 114 milhões.

A universidade informou que fará contato com o MEC para que “não apenas tenha condições de funcionar, mas permaneça na posição de liderança na educação superior brasileira”.

Já a Federal do Amazonas (Ufam), que informa bloqueio de R\$ 38 milhões, prevê pagar terceirizados e fornecedores só até este mês. Também afetada pelo bloqueio, a Federal de Goiás (UFG) disse que estratégias como o corte de ar-condicionado são para prorrogar atividades. Segundo a reitoria, novas medidas de racionamento estão sendo implementadas.

A Federal de Santa Catarina (UFSC) informou que houve redução de verbas de custeio em 35%. “Estamos propondo uma revisão de contratos com as empresas terceirizadas”, disse Áureo de Moraes, chefe de gabinete da reitoria.

A Federal do Paraná (UFPR) informou que restrições não afetam apenas as bolsas de mobilidade, mas todos os benefícios de graduação — de iniciação científica ou extensão. Editais de mobilidade acadêmica para 2020 também dependem de condição orçamentária, segundo a reitoria. Eventos como o festival de inverno foram encurtados e a universidade recorre a patrocínios externos.

Prejuízos

Especialista em ensino superior, o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Leandro Tessler vê com preocupação o cenário.

“O que faz a diferença entre uma boa universidade e uma medíocre é que, nas boas, os estudantes têm a oportunidade de aprender muito além da sala de aula, com intercâmbio, iniciação científica”, diz. “A formação é um conjunto de oportunidades que os estudantes têm.” As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

REVISTA GALILEU - TEMPO REAL

Mulheres yanomami ajudam a descobrir nova espécie de fungo

A descoberta ganhou o nome científico de "Marasmius yanomami" para valorizar o conhecimento tradicional da Amazônia

Ao longo de 17 anos, a bióloga Noemia Kazue, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), manteve guardado na cozinha de sua casa um cesto feito com o Përisi, uma estrutura de um fungo, similar à uma raiz, usada pela comunidade indígena yanomami para fazer cestarias. Sem saber, lá estava um excelente objeto de estudo, que acabou resultando na descoberta de uma nova espécie de fungo, que foi batizada de *Marasmius yanomami*.

“Para mim isso é engraçado, a gente procura no laboratório e faz experimentos em busca de coisas novas. Mas tive que viajar lá longe para saber que aquilo que eu tinha na minha cozinha era uma grande novidade”, conta a pesquisadora, em entrevista à GALILEU.

A descoberta científica teve participação direta de indígenas da Associação de Mulheres Yanomami Kumirâyōma e está no livro trilingue Përisi - O Fungo que as Mulheres Yanomami Usam na Cestaria. A pesquisa foi feita com a colaboração de 30 coautores, entre eles, Jadson Oliveira, pós-doutorando (CAPES) em botânica, também do Inpa. Foi descoberto que o Përisi, que é trançado como um “fio” para a fabricação das cestas, era um rizomorfo, parte de um fungo, capaz de transportar nutrientes a grandes distâncias.

Cesta que foi guardada durante 17 anos na cozinha da pesquisadora Noemia Kazue (Foto: Acervo Pessoal) Cesta que foi guardada durante 17 anos na cozinha da pesquisadora Noemia Kazue (Foto: Acervo Pessoal)

“Eu e a Noemia fomos lá na região de Maturacá, onde as yanomami coletam o fio, e tentamos encontrar o cogumelo, que é da mesma espécie. A partir do cogumelo nós chegamos na identificação taxonômica com base nas estruturas morfológicas”, explica Oliveira à GALILEU.

“O cogumelo equivale à flor das plantas, pois ele é responsável pela dispersão. Assim como para a planta é necessário a flor para identificá-la, o fungo precisa do cogumelo para a identificação”, conta Kazue.

Segundo Oliveira, a publicação da descoberta em um livro se tornou uma maneira das mulheres yanomami defenderem “o seu conhecimento e seu território”. “Elas mesmo fizeram as coletas, enviaram o material para nós, que fizemos a análise com a microscopia”, explica. “Checamos na literatura científica e vimos que era uma espécie nova”.

Adentrando a mata

O principal trabalho de campo para a coleta do fungo ocorreu em 2018, no sítio Batatal, onde a equipe chegou após uma viagem que necessitou do uso de barcos e de um carro. Com a orientação dos pesquisadores, um grupo de aproximadamente 20 mulheres da Associação Kumirayomã recolheu as amostras dentro da mata.

A jornada contou com a proteção de um xamã, líder que cuida da saúde e segurança da comunidade. A proteção é requisito, pois, segundo a presidente da Associação Kumirayomã, Floriza da Cruz Pinto Yanomami, o Përisi “tem dono”, já que “a floresta tem quem proteja esse tipo de material”. Por ser perigoso, o nome do protetor das matas não costuma ser pronunciado pelas Yanomami.

“Na mitologia yanomami os fios do Përisi são os pelos pubianos do espírito da floresta. Quando as mulheres arrancam esses fios, esse espírito fica ofendido, então o xamã tem o papel de dialogar com os espíritos”, explica em entrevista à GALILEU, Marina Vieira, pesquisadora do Instituto Socioambiental (ISA).

Segundo Floriza, mesmo que por muito tempo as yanomami não soubessem a classificação do fungo, ele sempre esteve presente na cultura delas: é costume da comunidade pintar “grafismos” nas cestarias feitas com o Përisi e os cestos são usados em uma tradicional “festa da banana”. “O Përisi fica no chão, entre as folhas, onde a floresta é mais úmida. A gente mesmo que sabe colher, já é da natureza yanomami. Com a descoberta, estamos nos sentindo mais reconhecidas pelo nosso conhecimento da floresta”, afirma a presidente da associação.

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

O que você precisa saber e acompanhar nesta terça

SÃO PAULO - Projeto tenta promover choque de investimentos para estimular economia. Tratado como peça-chave para a alocação de recursos privados na área de infraestrutura, um projeto de lei formulado pela equipe econômica promete dar mais segurança jurídica aos investidores e diminuir o risco de agentes financiadores em grandes obras, além de permitir soluções mais rápidas para concessões com problemas financeiros. A intenção é abrir caminho para que o estoque de capital em infraestrutura saia dos atuais 36% do PIB para 61% em 2040.

Programa para o ensino superior contém captação de recursos privados. MEC planeja fortalecer a autonomia financeira das universidades e dos institutos federais de ensino. Antes de entrar em vigor, programa passará por um período de consulta pública e a adesão das universidades será facultativa.

Vale fecha acordo sobre indenizações na tragédia de Brumadinho. O Ministério Público do Trabalho (MPT) anunciou ontem que fechou um acordo com a Vale estabelecendo reparações trabalhistas que a empresa terá de pagar aos familiares das vítimas do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, ocorrido em 25 de janeiro. Cônjuge, filhos e pais vão receber R\$ 700 mil, individualmente, a título de dano moral e seguro adicional por acidente de trabalho. Os valores ficaram acima do que a Vale se propôs a pagar inicialmente às famílias de trabalhadores que morreram na tragédia.

Petrobras dá início à venda de ativos em PE, BA, PR e RS. A Petrobras anunciou ontem o início da fase não vinculante para a venda de ativos em refino e logística, que inclui as refinarias de Abreu e Lima (PE), Landulpho Alves (BA), Presidente Getúlio Vargas (PR) e Alberto Pasqualini (RS).

Montezano toma posse como presidente do BNDES. O novo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, toma posse do hoje, às 11h30, em cerimônia no Palácio do Planalto, em Brasília.

Três incorporadoras divulgam resultados do segundo trimestre. A Cyrela divulgou que os lançamentos feitos no segundo trimestre somaram R\$ 2,1 bilhões, um crescimento de 2,1 vezes em relação ao registrado no mesmo período de 2018. A EZTec informou que lançou R\$ 313 milhões no segundo trimestre. No mesmo período do ano passado, a companhia não apresentou produtos ao mercado. A MRV Engenharia anunciou que os

lançamentos cresceram 5,8%, no segundo trimestre, na comparação anual, para R\$ 1,808 bilhão, maior valor geral de vendas (VGV) registrado pela companhia para o período de abril a junho.

Sabesp vai ofertar debêntures. A Sabesp vai começar o procedimento de coleta de intenção de investimentos de sua emissão de 400 mil debêntures simples, em duas séries distintas.

Mourão quer imposto sobre Uber e Netflix. O vice-presidente Hamilton Mourão afirmou a jornalistas estrangeiros que é preciso diminuir a carga tributária a partir da cobrança a empresas que não pagaram impostos. "Basta olhar esses serviços aí. Uber e Netflix, essa turma não paga imposto. Temos que ver alguma forma desse pessoal pagar imposto", afirmou.

Grandes empresas internacional divulgam balanços. No exterior estão previstas as divulgações dos resultados trimestrais de J.P. Morgan, Wells Fargo, Goldman Sachs, Johnson & Johnson, United Continental e America Móvil (controladora da Claro).

topo ↕

CLIC RBS - TEMPO REAL

Ministro da Educação recebe reitores de universidades federais para apresentar novo modelo de financiamento

Abraham Weintraub nega rumores de privatização e cobrança por cursos de graduação e afirma que haverá "mais liberdade para pesquisa e trabalho".

Reunião será na tarde desta terça-feira (16)

Ministro da Educação, Abraham Weintraub receberá reitores, na tarde desta terça-feira (16), para apresentar o programa Future-se, que tem o objetivo de fortalecer universidades e institutos federais. Antes, ainda pela manhã, detalhes do projeto serão divulgados aos demais ministros da Esplanada, em Brasília.

Na manhã de quarta-feira (17), no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), será a vez de a imprensa conhecer os planos da administração do presidente Jair Bolsonaro (PSL) para as entidades públicas de Ensino Superior, durante um café da manhã.

"Future-se, o nome da libertação das universidades federais", descreveu Weintraub na manhã desta terça em seu perfil no Twitter, destacando que a novidade já foi aprovada por muitos. O titular do Ministério da Educação (MEC) aproveitou para dar uma alfinetada nos jornalistas: "Será que teremos novamente um tsunami de fake news?"

Em resposta a rumores de que universidades federais passariam a cobrar mensalidades de seus alunos de graduação, Weintraub postou esclarecimentos na mesma rede social no último domingo (14): "Dia 17 apresentaremos a reformulação das universidades federais, que continuarão públicas e os estudantes NÃO pagarão pela graduação como hoje. Haverá mais liberdade para pesquisa e trabalho!", afirmou.

"Não há privatização alguma! Teremos um modelo moderno, que nos aproximará da Europa, Canadá, Israel, Austrália, EUA etc. A adesão das universidades será voluntária, permitindo separar o joio do trigo... As que quiserem ficar no atual modelo, poderão ficar...", continuou. "A graduação não será paga pelos alunos das federais. Manteremos a situação atual (pagadores de impostos), porém, a rápida deterioração das contas vista

nos últimos anos será interrompida. Há avanços maiores e menos polêmicos que serão apresentados dia 17... Não percam...", finalizou, com um emoji com uma piscadela.

Desde o início de sua gestão, Weintraub tem sido alvo de críticas e protestos por conta de declarações polêmicas e do corte de verbas a universidades federais. Economista formado pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o ministro começou segurando dinheiro que iria para a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), classificadas como de baixo rendimento.

— Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas — declarou o titular da pasta ao jornal O Estado de S. Paulo no final de abril.

— A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo — completou.

A crise se agravou quando o governo anunciou um bloqueio de R\$ 7,4 bilhões, e cerca de 30% do orçamento discricionário (referente a gastos com água, luz, limpeza e bolsa de auxílio a estudantes) das federais foi atingido. Conforme o governo, as despesas discricionárias correspondem a 20% do orçamento total das entidades — foi sobre esses 20%, portanto, que o MEC aplicou um bloqueio de 30%, o que correspondeu a R\$ 1,7 bilhão congelados. A suspensão deve se manter, segundo o ministro, até que o cenário econômico melhore.

A medida levou milhares de pessoas às ruas em todo o país em manifestações pela Educação. Após os protestos, o governo chegou a descontingenciar parte da verba, mas não foi detalhado se o recurso liberado iria para as universidades.

topo ↕

DIÁRIO DO SERTÃO - TEMPO REAL

Professores convocam greve nacional para 13 de agosto e aprovam manifesto em defesa da Educação

A deliberação foi feita durante o 64º Conad do ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior).

Profissionais da Educação aprovaram manifesto de alerta em defesa da educação pública e gratuita e convocaram nova greve nacional para o dia 13 de agosto. A deliberação foi feita durante o 64º Conad do ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior).

Segundo “o documento intitulado Financiamento da Educação Superior no Brasil – Impasses e Perspectivas, produzido pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Consultoria Legislativa da Câmara Federal)”, o Programa poderá promover profundos ataques à universidade pública, ferindo sua autonomia e impondo a privatização das instituições de ensino.

MANIFESTO DE ALERTA EM DEFESA DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E GRATUITO

Dirigimo-nos à categoria docente, à comunidade acadêmica, aos dirigentes das Instituições Públicas de Ensino e à sociedade brasileira neste momento de grave ataque

à educação pública e gratuita.

No âmbito do 64º CONAD do ANDES-SN, realizado em Brasília, os docentes tomaram conhecimento do projeto de reforma da “autonomia financeira” da educação superior pública federal, elaborado pelo Ministério da Educação (Jornal Valor, 10/07/19). Esse projeto será apresentado a reitores e pró-reitores de planejamento das Universidades Federais em reunião institucional no MEC e com a exposição do Programa Ministerial no INEP durante a semana de 15 a 19 de julho.

Diante das difusas informações divulgadas pela mídia, mas considerando o documento intitulado “Financiamento da Educação Superior no Brasil – Impasses e Perspectivas”, produzido pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Consultoria Legislativa da Câmara Federal), o Programa Ministerial poderá promover o mais profundo ataque à universidade pública, ferindo sua autonomia e impondo categoricamente sua privatização. O documento indica a necessidade de Emenda Constitucional para instituir cobrança de mensalidades e captação de recursos próprios como forma de financiamento das IES públicas. Esse procedimento, significaria a destruição do sistema público e gratuito de educação superior, alterando a atual condição de autarquia das IFES que deixariam de ser subordinadas ao regime jurídico de direito público, o que sinaliza a possibilidade de contratações passarem a ocorrer pelo regime celetista ou de contrato temporário.

Em uma só medida, o Governo pretende: a) pôr fim à carreira pública de servidores federais da educação, estimulando a concorrência perversa com novos ingressos pelo sistema de contratação privada, sem qualquer garantia ou estabilidade de emprego; b) consagrar a desresponsabilização do Estado com o financiamento da educação superior pública, aprofundando os cortes já iniciados, que alcançam não só a sustentabilidade da pesquisa e da assistência acadêmicas, mas também a infraestrutura dos serviços mais básicos e do funcionamento das instituições de educação; c) deter e reverter a lógica inclusiva da educação superior pública federal, que, em que pese os muitos obstáculos recentes, têm permitido que o espaço das universidades e dos institutos federais se abra progressiva e democraticamente para a entrada de estudantes que expressam a diversidade econômica, racial, e de gênero que caracterizam nosso país.

Essas medidas, se aprovadas, devem se estender aos demais serviços públicos federais assim como à esfera dos Estados e municípios, particularmente às Instituições de Ensino em todos os níveis.

Precisamos estar atentos e preparados para o enfrentamento à altura da gravidade dos ataques anunciados, mobilizando a categoria docente e articulando a luta com todos os segmentos da comunidade universitária, dos IF e CEFET, em articulação com os mais amplos setores sociais para combatermos os ataques deste Programa Ministerial, em defesa da educação pública e gratuita.

Neste contexto, conclamamos a todos e todas para a construção da Greve Nacional da Educação em 13 de agosto e de uma Greve Geral para derrotar a política de privatização dos serviços públicos e a destruição dos direitos e conquistas da classe trabalhadora e do povo brasileiro.

As Instituições Federais de Ensino são um patrimônio da sociedade brasileira, precisamos defendê-las!

topo ↕

FORTE NA NOTÍCIA - TEMPO REAL

Estão abertas as inscrições para pré-seleção de estudantes da UFRB para Programa CAPES/Brafagri

O período da mobilidade é de 12 meses, entre setembro de 2020 a junho de 2021.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), por meio da Superintendência de Assuntos Internacionais (SUPAI), divulga o edital de seleção de estudantes dos cursos de Agronomia e Engenharia Sanitária e Ambiental (ESA) para intercâmbio acadêmico na França, no âmbito do Programa CAPES/Brafagri.

A iniciativa consiste em projetos de parcerias universitárias nas áreas de ciências agrônomicas, agroalimentares e veterinária, disciplinas correlatas, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio entre Brasil e França, estimulando a aproximação das estruturas curriculares, a equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.

São 7 vagas para candidatos a bolsas de estudos, incluindo benefícios de transporte, taxa de instalação e seguro saúde. Do total de vagas, quatro são para estudantes de Agronomia no âmbito do Projeto 1 – AGRIFAM Agricultura Familiar: Inovação para Produção Sustentável e Segurança Alimentar e três vagas para estudantes de Agronomia e/ou ESA no Projeto 2 – IMPÁGUA Impactos Ambientais de Sistemas de Produção Agrícola.

Nesta etapa, serão pré-selecionados 21 discentes. Podem concorrer aqueles que estejam cursando o 6º semestre ou semestres superiores, aprovados no ENEM com pelo menos 600 pontos, com índice de aproveitamento acadêmico igual ou superior a 7,0 e proficiência na língua francesa B1.

As inscrições estão abertas até o dia 13 de agosto, por meio do envio da documentação exigida, escaneada em formato PDF, para o e-mail inscricaoosupai@gmail.com. A lista de candidatos aprovados na pré-seleção será divulgada no dia 16 de agosto no site da SUPAI. Os estudantes selecionados iniciarão uma formação em língua francesa no dia 21 de agosto.

O estudante que efetivamente participar do intercâmbio deverá seguir um Plano de Formação organizado pelo coordenador do Programa CAPES/Brafagri e o estudante, até a sua colação de grau. O período da mobilidade é de 12 meses, entre setembro de 2020 a junho de 2021.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Câmara de Uberaba aprova projeto que cria o cargo de professor da Educação Infantil

Votação foi realizada durante sessão extraordinária na segunda-feira (15).

A Câmara de Uberaba aprovou, durante sessão extraordinária na segunda-feira (15), três projetos voltados para a área da Educação.

Um dos aprovados, por unanimidade, foi o Projeto de Lei Complementar 22, que altera a Lei Complementar nº 501/2015, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e

Salários dos Profissionais do Magistério da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Uberaba. A proposta consiste na criação do cargo de professor da Educação Infantil no quadro de profissionais da carreira do magistério da Educação Básica Municipal.

O líder do Executivo, vereador Rubério Santos (MDB), destacou que se trata de uma conquista para a categoria, inclusive abrindo a possibilidade de acumular funções, piso proporcional por jornada e regime de aposentadoria especial de professor. Segundo ele, são 948 educadores infantis que passarão a ser professores de educação infantil. Mas o vereador alertou que eles precisam fazer a adesão, caso queiram fazer a migração.

O presidente do Sindicato dos Educadores do Município (Sindemu), Bruno Ferreira, afirmou que a proposta foi aceita pela categoria em 2017. “Demorou, mas conseguimos”, disse Bruno. Ele colocou o sindicato à disposição para esclarecer qualquer dúvida dos servidores.

Ainda na sessão extraordinária, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar 23, que altera a Lei Complementar nº 499/2015, que institui as Carreiras dos Grupos de Atividades da Governança Pública e da Seguridade Social dos Servidores da Administração Direta Municipal e dá outras providências.

Em uma das adequações foi criada a carreira de Analista de Gestão Educacional II, com jornada de 30 horas semanais, sendo permitido aos atuais Analistas de Gestão Educacional, optarem ao enquadramento na nova carreira. As alterações passarão a valer a partir de 1º de janeiro de 2020.

Também foi aprovado o Projeto de Lei 212, que altera a Lei 12.241/2015, que estabelece as tabelas de vencimento básico das Carreiras dos Grupos de Atividades da Governança Pública e da Seguridade Social dos Servidores da Administração Direta.

A alteração foi para estabelecer o vencimento inicial da carreira de Analista de Gestão Educacional II, a ser criada, possibilitando a extensão de jornada dos cargos ali propostos (atuais Analistas de Gestão Educacional), passando para 30 horas semanais.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Entra em vigor lei que reduz salário de professores convocados em Mato Grosso do Sul

Lei alterou o Estatuto dos Profissionais da Educação Básica determinando uma diferença na remuneração entre professores concursados e os convocados

Entrou em vigor nesta segunda-feira (15) a lei que alterou o Estatuto dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso do Sul. O texto criou uma diferenciação entre os salários que serão pagos aos professores concursados e aos convocados.

Segundo a Federação dos Trabalhadores da Educação do estado (Fetems), a medida vai representar uma redução de 32% na remuneração dos convocados. Em contrapartida, o governo do estado diz que as alterações vão corrigir questionamentos judiciais sob a forma de contratação dos convocados, assegurando a eles direitos que antes não tinham e essas novas regras vão gerar uma economia anual de R\$ 150 milhões.

O projeto que alterou o estatuto é do governo do estado. A proposta provocou polêmica,

inclusive, entre a própria base do Executivo quando foi analisado na Assembleia Legislativa, onde foi aprovado na semana passada por 14 votos a 7. Entre os parlamentares que votaram contra está o ex-líder do governo na Casa e membro do partido do governador Reinaldo Azambuja, o PSDB, Rinaldo Modesto, que é professor.

Agora a lei possibilita a diferenciação do salário entre os professores concursados e os chamados para prestarem serviço estabelecendo que a remuneração dos convocados será definida por meio de um decreto. Esse decreto foi publicado, inclusive, junto com a sanção do governador a lei no Diário Oficial do estado desta segunda.

O decreto estabelece, por exemplo, que a remuneração para um professor enquadrado com a formação "normal médio/magistério" receberá como salário para 40 horas semanais o valor mensal de R\$ 2.733,33.

O texto da lei estabelece que o vencimento do convocado não pode ser inferior ao Piso Nacional e o decreto determina crescimento da remuneração de forma escalona, de acordo com o grau de qualificação do convocado, chegando até o doutorado, com o valor de R\$ 4.510,00 para a mesma carga horária.

Além da questão da remuneração, a nova lei também mudou o tempo de contratação dos convocados. A contratação agora terá duração de até 12 meses, que poderá ser prorrogável pelo mesmo período. Também assegura direito a férias, abono e gratificação natalina. Prevê ainda que os profissionais também terão licença para tratamento de saúde, estabilidade para as gestantes, de até cinco meses após o parto e incentivos por atuação em escola de difícil acesso.

Os convocados designados para atuação no ensino noturno terão direito ao adicional de 10% sobre os vencimentos e, para aqueles que atuarem em unidades prisionais ou de internação, o percentual será de 30%.

Na avaliação da nova lei, a Fetems em texto publicado no seu portal institucional chegou a chamar o texto de "nefasto" e defendeu que a mudança provoca uma série de prejuízos aos profissionais da educação básica, como a "redução no salário dos professores convocados, alteração na atribuição de aulas complementares, no piso salarial, no mandato classista e demais condições de carreira do magistério".

Em vídeo, o presidente da Fetems, Jaime Teixeira, reforçou que a entidade vai encampar uma luta jurídica contra a lei até no Supremo Tribunal Federal (STF). "Nós, trabalhadores em educação, não vamos admitir que no Mato Grosso do Sul tenhamos dois tipos de professores: professor de primeira classe efetivo e professor de segunda classe convocado, isso é contra a Constituição Federal", afirmou.

Segundo o governo do estado, algumas alterações como a duração do contrato dos convocados, a inclusão de direitos trabalhistas e os vencimentos vão ser aplicados já neste segundo semestre.

Para as contratações neste segundo semestre de 2019, será utilizada a relação de professores temporários disponibilizada na quinta-feira passada, em suplemento da secretaria estadual de Educação no Diário Oficial do estado. A partir de 2020, passa a vigorar a utilização do "Banco Reserva de Profissionais para a Função Docente

Temporária”, que será formado a partir da realização de processo seletivo simplificado, composto de prova objetiva e análise curricular.

De acordo o novo texto do estatuto, o Banco Reserva terá validade de até dois anos. Durante esse prazo, os profissionais classificados poderão ser convocados mais de uma vez, conforme necessidade do governo, observado o prazo da contratação. A chamada ocorrerá no início do ano letivo e, após a lotação dos professores efetivos, os profissionais serão chamados, por ordem de classificação, para suprirem as aulas disponíveis remanescentes, exercendo direito de escolha, de até 40h/semanais, de acordo com a disciplina/componente curricular e município.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Universitários criam projeto e reformam salas de aula desativadas em escola municipal em MT

Mão de obra foi feita pelos próprios alunos. Foram seis meses de trabalho desde a elaboração do projeto.

Por G1 MT

Um grupo de universitários do curso de arquitetura e urbanismo criou um projeto e reformou duas salas de aula que estavam desativadas na Escola Municipal de Educação Básica Júlio Correa, no Bairro São Mateus, em Várzea Grande, região metropolitana de Cuiabá.

Foram seis meses de trabalho desde a elaboração do projeto, que começou em fevereiro deste ano, até a entrega, que foi feita no dia 5 deste mês.

O custo de reforma da parte externa foi de R\$ 9 mil. Já a reforma interna foi avaliada em R\$ 18 mil.

O professor e orientador do projeto, César Clemente, contou que parte dos materiais usados na reforma foram doados pela Prefeitura Municipal e outra parte foi doada por empresas. Já a mão de obra foi feita pelos próprios alunos durante nove sábados.

“Reformamos uma biblioteca, uma sala multimídia e alguns corredores. O principal desafio é conseguir as doações e fazer com que a reforma seja executada conforme o que foi planejado”, avaliou.

Segundo César, a escola, que atende cerca de 320 alunos de 5 a 7 anos, foi escolhida pelas necessidades que apresentava, após uma entrevista com a diretora.

“Precisava dar uma repaginada no local. Eles [alunos] fizeram o diagnóstico da escola e elaboraram um projeto de melhoria. É uma forma dos alunos aprenderem na prática e ajudar a comunidade”, explicou.

Além das pinturas e decorações, os alunos conseguiram equipar as salas com ar-condicionado, televisão, persianas e móveis.

O projeto

A ação faz parte de uma disciplina da universidade que busca alinhar a teoria com a prática. Com isso, a cada seis meses, que é referente a um semestre do curso, uma escola é reformada.

Segundo o professor, já foram reformados cinco CMEIs e uma escola desde a criação do projeto, em 2016.

“Ele é feito por etapas. O grupo faz uma proposta, passa por aprovação dos professores, fazem o detalhamento, lista os materiais para saber o custo e depois colocam em prática”, explicou.

O projeto foi vencedor do prêmio Sebrae de empreendedorismos na educação 2019. Agora ele está concorrendo com outros projetos do Centro-Oeste. Caso vença essa etapa, concorrerá o prêmio nacionalmente.

